

JEAN PIERRE CHAUVIN

SETE FALAS

ENSAIOS SOBRE
TIPOLOGIAS
DISCURSIVAS



concleneiro

SETE FALAS
ENSAIOS SOBRE TIPOLOGIAS DISCURSIVAS

JEAN PIERRE CHAUVIN

SETE FALAS

ENSAIOS SOBRE TIPOLOGIAS DISCURSIVAS

cancioneiro

Copyright © 2022 by Jean Pierre Chauvin

Todos os direitos reservados

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009

Projeto gráfico e diagramação
Ronyere Ferreira

Capa
Alexandre Mesquita

A ilustração da capa
Morgana Chauvin

CANCIONEIRO

Editora
Eva P. Bueno (St. Mary's University, Texas - EUA)

Conselho editorial
Giselle Menezes Mendes Cintado (Université Paris-Est Créteil, França)
Henrique Buarque de Gusmão (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)
Johny Santana de Araújo (Universidade Federal do Piauí, Brasil)
Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão, Brasil)
Kátia Rodrigues Paranhos (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil)
Marta Gouveia de Oliveira Rovai (Universidade Federal de Alfenas, Brasil)
Nancy Yohana Correa Serna (Universidad Nacional de Colombia, Colômbia)
Sandra Melo (Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil)

Jean Pierre Chauvin.
Sete falas (ensaios sobre tipologias discursivas). Teresina:
Cancioneiro, 2022.
124 p.

ISBN: 978-65-5380-021-2 (físico) / 978-65-5380-022-9 (digital)

CDD 900

EDITORA CANCIONEIRO
CNPJ 38.275.847/0001-51
TERESINA - PIAUÍ
www.editoracancioneiro.com.br
contato@editoracancioneiro.com.br

Sumário

A fala autoritária	7
A fala narcísica	23
A fala autorreferencial	37
A fala medíocre	51
A fala especializada	65
A fala prolixa	83
A retórica neoliberal	87
Referências	109
Crédito dos textos	123

A fala autoritária

Para Marilena Chaui

Para fins didáticos, consideremos algumas definições relacionadas à etimologia da palavra “personalidade”. A primeira explicação pode ser relativamente simples. Na Antiguidade greco-latina, *persona*¹ era a máscara de madeira utilizada pelos atores – em tragédias e comédias – de modo a encobrir o seu rosto; enfatizar determinadas características das personagens representadas pelas pessoas; e lhes amplificar expressão e voz, perante o grande público – este, acomodado à longa distância, nos anfiteatros – a céu e vinho abertos, e propenso à catarse.

Durante o longo período de contato entre Grécia e Roma, as constantes guerras aproximaram o universo romano da cultura grega. Vocábulo herdado do mundo helênico recém-conquistado, o termo *persona* se consolidaria entre os latinos como principal significado de “personagem” – estreitamente vinculado aos “papéis” desempenhados pelos atores do gênero dramático. No final da Idade Média, e a partir do século XVIII, com o advento do romance, o conceito de “personagem” seria irremediavelmente associado a figuras literárias, de um modo mais genérico.

Nos estudos sobre teoria do romance, a acepção de *persona* foi atrelada ao conceito de *homo fictus* (expressão cunhada por Edward Morgan Forster em 1927)², o que não se confundia

1. Cf. *Análise literária*, de Raúl Castagnino (1968, p. 125-6).

2. Cf. *Aspectos do romance* (FORSTER, 2005, p. 69-104).

com o caráter postiço ou afetado de uma pessoa. O senso comum adora dizer que certos indivíduos dispõem de artifícios, em contraposição à naturalidade e espontaneidade de quem o ajuíza. Mas, bem sabemos que a “naturalidade” da fala e dos modos quase sempre resulta de palavras ponderadas e poses programadas.

Em princípio, poderíamos compreender “personalidade” como um conjunto de traços mais ou menos marcados e marcantes, que se vinculam à pessoa³: daí o seu caráter eminentemente individual (*in-diviso*, in-divisível)⁴. Frequentemente, referimo-nos a determinadas pessoas evocando um ou outro traço da sua personalidade, quando constatamos atitudes inerentes que atribuímos a traços inequívocos do seu caráter. O problema está em positivar características questionáveis, como se vê em expressões como “gênio forte” (atributo do sujeito *de personalidade*, embora inflexível e de difícil trato); “maria-vai-com-as-outras” (tipo *sem-personalidade*, logrado com facilidade); “autoritário” (*perfil* recomendado para *atuar* como chefe); “competitivo” (funcionário ambicioso com *perfil* de líder); “empreendedor” (aquele *ser inventivo* que não se acomoda) etc.

No âmbito institucional, os tipos se casam à expectativa que os membros superiores fazem deles. Essa classificação prévia pauta as relações amistosas, mas especialmente as beligerantes. Ao abordar as disfunções no interior das instituições burocráticas, Robert King Merton ressaltava algo que se observa comumente em determinados locais onde a *pessoa* adere ao *papel* que desempenha durante o expediente de trabalho:

3. Recorde-se que a evolução da palavra “persona”, nas línguas neolatinas, redundou em versões diversas. O Português (*pessoa*) distingue-se na fonética e na grafia do Francês (*personne*), do Italiano (*persona*) e do Espanhol (*persona*).

4. “O latim *personalitas* tinha dois sentidos, particularmente no desenvolvimento medieval: a qualidade geral e não uma coisa (termo complexo nos debates escolásticos sobre a Trindade, mas também um termo de generalização para a humanidade), e o sentido de pertences pessoais.” (WILLIAMS, 2007, p. 315).

“O conflito dentro da estrutura burocrática surge da situação contrária, isto é, quando as relações pessoais substituem as relações que por razões estruturais deveriam ser mais impessoais” (MERTON, 1978, p. 121).

Frequentemente, ideias mirabolantes (sussurradas sob a forma de negociatas particulares, antes de serem referendadas pelo coletivo) se resumem a inventar procedimentos duvidosos, favorecidos por regimentos dúbios, ainda que amparados legalmente. O megalômano não costuma ter escrúpulos: pode se apropriar de ideias alheias; criar mecanismos que favoreçam apenas a si mesmo e a seus escudeiros; ou meramente reproduzir o senso comum, como se se tratasse de pensamento profundo. O objetivo maior é que a vantagem particular seja mascarada por um discurso pseudoedificante que ludibrie o coletivo.

Coação

Em nosso país, o mandonismo tanto gerou o barão com título comprado durante o Império, quanto o coronel latifundiário na virada para a República, cujos resquícios encontramos no chefe espaçoso e autoritário das corporações. Embora o líder receie os avanços e as eventuais críticas de seus aliados, ele precisa contar com uma equipe de supervisores, olheiros de sua confiança, e funcionários em posições estratégicas, de modo a perpetuar o regime-de-si. Conduzindo-se ambigualmente, arrefece o ânimo dos eventuais opositores, prometendo-lhes estabilidade no posto provisório, maior poder e recursos materiais adicionais.

As formas com que o senhor supremo da burocracia (seja ela estatal, ou privada) abusa dos poderes de que dispõe revela-o um ser tanto mais mesquinho, antiético e injusto, quanto maior sua crença e insegurança frente aos espaços vagos para a mobilidade dos pares que concebe como *inferiores*. Na manu-

tenção do posto, conta com o caráter pacífico dos colegas que se deixam enganar, cooptar ou subjugar.⁵ A coação, explícita ou indireta, é um traço que distingue o líder autoritário, ainda mais quando ele a exerce tiranicamente. Em 1961, Hannah Arendt observava, que:

[...] onde a força é usada, a autoridade em si mesma fracassou. A autoridade, por outro lado, é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso. Contra a ordem igualitária da persuasão ergue-se a ordem autoritária, que é sempre hierárquica (ARENDT, 2001, p. 129).

Do ponto de vista histórico, *autoritarismo* é um termo de uso recente. No início do século XX, o conceito vinculava determinados líderes e asseclas a regimes francamente totalitários, que primavam por manter o poder pelo exercício da dominação em todos os níveis e esferas, ao alcance do ser dotado de recursos superiores, o que recai no caráter egocêntrico do sujeito.

Narciso

Três características fundamentais do ser autoritário: 1) narcisismo/megalomania (esfera pessoal); 2) caráter falacioso (plano discursivo); 3) indistinção entre as esferas pública e privada (performance). O mito de Narciso (figura mitológica em que o amor-próprio é maior que o amor dos/pelos outros), na leitura de Freud, implicaria a recusa por parte do indivíduo em amadurecer. O seu “Eu-ideal” é internalizado e não se transfere ao “ideal objeto” - processo comum nos adultos. Subjugado à aparência exterior, que julga transmitir aos demais, o indi-

5. Leitor de Maria Isaura Pereira de Queiroz e de Raymundo Faoro, entre outros, André Heráclio do Rêgo (2008) atualiza a ideia de que, no Brasil, o mandonismo redundou no coronelismo, que, por sua vez, permanece, sob outras formas e classes, na sociedade brasileira contemporânea.

víduo narcisista vivencia uma forte contradição inerente à sua personalidade.

O narcisista combina delírio de grandeza com alheamento em relação às pessoas de seu convívio. No universo corporativo-burocrático, é muito comum encontrarmos figuras exemplares da personalidade autoritária-narcisista. Ela se manifesta em reuniões e outros “eventos” protocolares, quando – após ter conduzido o encontro durante a absoluta e maior parte do tempo – uma voz dissonante ousa discordar do que disse. Nesse caso, o líder tirânico pode recorrer a fórmulas que exprimem o caráter pragmático e acertado da *sua* decisão: “*passo-lhe a palavra*” ou “entendi sua posição, mas isso é o melhor que *posso* fazer” etc.

Empenhado em cultivar a autoimagem e defender a posição que ocupa, o indivíduo autoritário deseja se autopromover a todo instante. A sua fala está repleta de chavões que afetam modéstia (“*eu não teria feito tudo isso sem contar com o apoio de vocês*”). O coletivo está a serviço dos *seus* desejos e *suas* conquistas. Também é recorrente a fala de autoafirmação (“sem dúvida, esta gestão trouxe bons resultados, como o grupo claramente percebe”). Para o sociólogo Terence Hopkins:

Uma relação entre papéis é autoritária no grau em que mostra uma distribuição estável de ações de comando para um papel e, para o outro, as recíprocas ações de consentimento. As relações assim diferenciadas são de dois tipos fundamentais: simples [...] e complexas, nas quais uma ordem de “A” para “B” implica uma ordem posterior de “B” para “C” (muitas relações autoritárias burocratizadas) (HOPKINS, 1978, p. 75-76).

Em sua postura casuísta, o líder autoritário reflete pragmatismos da classe dirigente em que se supõe inserido. Conforme percebeu Adorno (2009, p. 49):

Aquilo que dilacera a sociedade de maneira antagônica, o princípio da dominação, é o mesmo que, espiritualizado, atualiza a

diferença entre o conceito e aquilo que lhe é submetido. Essa diferença, porém, assume a forma lógica da contradição porque tudo aquilo que não se submete à unidade do princípio de dominação, segundo a medida desse princípio, não aparece como algo diverso que lhe é indiferente, mas como violação da lógica.

O terceiro rastro identificador do sujeito autoritário, detentor dos segredos da instituição e guardião das fofocas, reside na explícita indistinção que promove (para benefício próprio) entre as tarefas e compromissos de âmbito público e privado. Como observou Maria Sylvia de Carvalho Franco: “[...] a diferenciação pública entre função oficial e vida privada permitiu a extensão do poder oriundo do cargo público para dominação com fins estritamente particulares” (FRANCO, 1983, p. 128).

Nas situações desse tipo, é comum o líder autoritário dirigir-se na surdina a determinados subordinados, solicitando-lhes – sem qualquer pudor – favores notoriamente pessoais, quase sempre constrangedores (“*você* poderia buscar um lanche para *mim*?”), invariavelmente contrabalançados por frases-prontas de gratidão fingida ou amostras de renovada confiança, reafirmando-se o intercâmbio de interesses (“é por essas e outras que *você* é o *meu* braço direito”). Por outro lado, a sujeição do subalterno constitui um modo de retribuir a confiança depositada pelo chefe.

Liderança

Em 1946, Charles Wright Mills publicou um breve e incisivo estudo a respeito da “personalidade competitiva” (MILLS, 1965), no qual sustentava a hipótese de que nos anos imediatamente anteriores à publicação de seu livro, a sociedade estadunidense assistia ao nascimento de um “mercado da personalidade”, caracterizado pelo novo tipo de competitividade naquele meio. Frente ao empreendedor clássico (o “heroico

capitão industrial”), e em contraposição ao burocrata médio, que sonhava dia e noite com uma promoção - vagarosa e diminuta, mas contínua - em sua carreira, o “novo empresário” moldaria a sua personalidade como uma habilidade-mestra, na tentativa de obter os préstimos, quando não manter privilégios já concedidos por seus superiores hierárquicos (sob a forma de promoções, conquistas pessoais imediatas e gratificações).

Segundo o pensador estadunidense, a competitividade se arraiga à personalidade dos indivíduos, levando-os a agir de um mesmo modo generalizante, embora convictos de que atuam segundo critérios individuais. Coletivamente instaurada, a competição passa a ser compreendida como algo inerente a determinados estágios vivenciados pela humanidade. Uma postura que justificaria, desse modo, as ferrenhas disputas entre vencedor e derrotado, por ser a própria contenda um traço supostamente inerente ao homem ambicioso. Ao mesmo tempo, este pseudoargumento servirá como aval à sociedade neoliberal, que sempre incentivou a livre-concorrência entre os indivíduos.

Esse e outros capítulos de *Poder e política* possivelmente foram lidos pelos pensadores da Escola de Frankfurt, especialmente Theodor Adorno e Herbert Marcuse⁶. Tanto é que algumas dentre as hipóteses de Wright Mills reverberaram, quatro anos depois da edição de seu estudo, em *A personalidade autoritária*, denso e longo ensaio escrito por Adorno, em parceria com três colaboradores. O livro era parte de uma série de títulos organizados e editados por Max Horkheimer e Samuel Flowerman⁷, em 1950.

Evidentemente, haverá correlações entre os traços autoritários e o modo competitivo. O autoritário se ampara no caráter

6. As referências a Charles Wright Mills constam de *Introdução à Sociologia* (2008, p. 321-2), de Theodor Adorno; e em *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional* (1973, p. 20), de Herbert Marcuse.

7. *The authoritarian personality* foi o primeiro volume da coleção “Studies in Prejudice Series”.

concorrencial, francamente estimulado pelo macro e microsistema em que predomina o lucro ou acumulação de capital, como resultado imediato do poderio disputado aos tapas na íngreme e estreita pirâmide corporativa. A esse respeito, seria conveniente resgatar o panorama discutido por Herbert Marcuse na década de 1950:

Uma falta de liberdade confortável, suave, razoável e democrática prevalece na civilização industrial desenvolvida, um testemunho do progresso técnico. De fato, o que poderia ser mais racional do que a supressão da individualidade na mecanização de desempenhos socialmente necessários, mas penosos; a concentração de empreendimentos individuais em organizações mais eficazes e mais produtivas; a regulamentação da livre competição entre sujeitos econômicos desigualmente equipados? (MARCUSE, 1973, p. 23).

A fala do líder autoritário traduz o seu egocentrismo. Apesar de terem vencido (ou, por isso mesmo), continuam a distrair os seus pares e subalternos, revelando altas doses de sadismo. Recorrendo à síntese de Erich Fromm, “A autoridade racional baseia-se na competência, e ajuda a pessoa que nela se ampara a crescer. A autoridade irracional baseia-se na força e serve para explorar a pessoa sujeita a ela” (FROMM, 1977, p. 53).

Persona

A questão se complica ainda mais quando os sujeitos subjugados aos arbítrios do chefe (o diretor, um dos seus coordenadores, ou o chefe-de-seção) não distinguem os métodos empregados na manutenção do esquema opressor. O chefe autoritário concebe a instituição, que é coletiva, de modo personalista. Dessa forma, sujeita todos os recantos e desvãos do ambiente aos caprichos de sua personalidade extravagante. Decorre daí a analogia que estabelece entre si e o governo do Estado.

Como ensinou Hannah Arendt (2001, p. 134), “A diferença entre tirania e governo autoritário sempre foi que o tirano governa de acordo com seu próprio arbítrio e interesse, ao passo que mesmo o mais draconiano governo autoritário é limitado por leis”. Quase sempre, trata-se de pessoas a propalar uma *ética* que não praticam e que, por se julgarem superiores defendem a meritocracia e a desigualdade a ela inerente. São espécimes que ordenam, orientam, determinam, supervisionam, policiam a si mesmos e os outros, enquanto burlam, flexibilizam ou modificam as *próprias* regras.

A fala autoritária é unilateral. Embora o líder reitere estar “aberto ao diálogo”, ignora ou não responde às súplicas dos seus subordinados. Em regra geral, as necessidades alheias só se cumprem mediante o acerto de uma recompensa em benefício da própria imagem de líder equilibrado, justo e benevolente. O discurso do chefe se sustenta na resposta sumária e na negação constante. É que o líder autoritário sempre está extremamente ocupado e não dispõe de tempo para atender a qualquer sorte de reivindicação – especialmente as mais justas e procedentes.

Porém, conforme as contingências se manifestam, o discurso se abrandar: em lugar de mandar, “sugere”; em vez de ordenar, “solicita um especial favor”. A fala se molda, transformando uma real necessidade em teste raso de mérito (ou grau de fidelidade) por parte dos seres que considera aliados porque inferiores.

Mando

Marilena Chaui credita o autoritarismo brasileiro à manutenção do “mito fundador”, embutido no discurso positivista de nossos principais historiadores – que registraram suas impressões ufanistas e alheias aos dramas enfrentados por nossa sociedade, especialmente entre meados do século XIX e primeira metade do século XX:

Aprendemos também que nossa história foi escrita sem derramamento de sangue, com exceção de nosso Mártir da Independência, Tiradentes; que a grandeza do território foi um feito da bravura heroica do Bandeirante, da nobreza de caráter moral do Pacificador, Caxias, e da agudeza fina do Barão do Rio Branco; e que, forçados pelos inimigos a entrar em guerras, jamais passamos por derrotas militares (CHAUI, 2010, p. 6).

Mas, recuemos a questão para um período anterior em que não havia vinculação artificial entre nacionalismo de fachada e corporativismo embruteado. Para tanto, há que se resgatar o precioso estudo de Maria Isaura Pereira de Queiroz, a respeito do mandonismo brasileiro, que nasceu por aqui a reboque das arbitrariedades promovidas pelos europeus - missionários, bandeirantes, burocratas e políticos - enquanto vigorou o chamado período colonial luso-brasileiro. De acordo com a historiadora, durante o período colonial, no Estado do Brasil, a legislação portuguesa era frequentemente confundida com os poderes executivo e judiciário, fomentando tanto a centralização do poder nas vilas ou pequenas cidades, quanto justificando a aliança entre políticos locais e coronéis de mando regional:

O desenvolvimento interno do país foi se processando por acomodações sucessivas com este poder de fato – poder municipal nas mãos dos proprietários rurais – que podemos dizer “grosso modo”, se impôs à Metrópole durante a colônia, governou sob o manto do parlamentarismo durante o Império e abertamente dirigiu os destinos do país durante a Primeira República (QUEIROZ, 1976, p. 20-21).

No que diz respeito aos tipos de autoridade, cumpre lembrar a clássica tipologia proposta por Max Weber, que chamava de dominação legítima: a legal, a tradicional e a carismática. Não resta dúvida de que, nas corporações em que as diferenças

entre os graus da sempre sinuosa hierarquia são menos evidentes, impera a dominação de primeiro tipo, tendo em vista que se fundamenta “em virtude de estatuto”, sendo o “tipo mais puro” o da “dominação burocrática”. Neste caso: “Obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à regra estatuída” (WEBER, 1986, p. 128-9).

Eis, portanto, o tripé que infelizmente ampara a dominação praticada pelo sujeito autoritário: o conchavo (contraparte do favor de quem lhe deve), a lei (ou o regulamento instituído com brechas favoráveis ao próprio dominador, em detrimento dos demais) e a hipocrisia (drama que encena perante seus oponentes).

Palavra

A linguagem ambivalente do mando constitui uma das ferramentas prediletas do ser autoritário. Quando conveniente, o líder totalitário relembra aos subalternos seu apertado (mas sempre “justo” e “meritório”) lugar na hierarquia. Ele também recorda quão limitado é o poder de voto, veto ou sanção de seus pares – especialmente quando questionam suas arbitrariedades. Para Theodor Adorno: “[...] people in general tend to accept political and social programs which they believe will serve their economic interest. What these interests are depends in each case upon the individual’s position in society as defined in economic and sociologic terms” (ADORNO et al. 1982, p. 8).⁸

A noção de coletividade cai em maniqueísmos perversos e simplistas. De acordo com Mary Douglas: “Ao viver em conjunto, tomamos a responsabilidade individual e colocamos-la sobre uma outra. Tomamos responsabilidade pelas nossas

8. “[...] as pessoas em geral tendem a aceitar os programas políticos e sociais que julgam servir aos seus interesses econômicos. Interesses esses que dependem, em cada caso, da posição do indivíduo na sociedade, econômica e sociologicamente falando.”

ações, mais ainda mais voluntariamente pelos nossos pensamentos. A nossa interação social consiste muito em dizer uns aos outros o que é o pensamento correto e em culpar o pensamento errado” (DOUGLAS, 1986, p. 125). Nessas ocasiões, o discurso vencedor, costumeiramente recheado de lugares-comuns, vincula habilmente a responsabilidade dos subalternos à autoridade de quem os representa e reconhece: “O que é bom para a nossa instituição? É a produtividade e a qualidade do nosso trabalho”.

Esse cenário não se restringe à esfera particular, nem diz respeito exclusivamente ao âmbito nacional. Talvez reflita um contexto muito maior e tanto ou mais persistente. Vale o recente alerta de Gilberto Dupas:

O paradoxo está em toda parte. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer. Paciência que tal progresso traga consigo regressões, desemprego, exclusão, pauperização, subdesenvolvimento. A distribuição de renda piora, a exclusão social aumenta, o trabalho se torna mais precário nesse mundo de poder, produção e mercadoria (DUPAS, 2001, p. 49-50).

Sob a ótica pragmática e conservadora dos chefes desse quilate, não há lugar ou momento para recuos. Tanto em sua própria carreira – sempre ascendente – quanto nas posturas que adota e impinge, sua atitude é, todo o tempo, reacionária e paranoica, amparada por uma fala mesquinha e refratária a qualquer cota ou migalha de êxito que não seja o seu. Uma gestão democrática deveria internalizar a convicção de que é necessária uma “luta constante dos sujeitos contra a lógica dominante dos sistemas” (DUPAS, 2003, p. 11). Mas bem sabemos que isso raramente acontece.

Por sinal, apontar a “ideologia de esquerda” nas vozes que lhe fazem frente, é uma das falácias mais disseminadas entre sujeitos que desempenham o papel de soberanos institucionais,

ciosos de seu quinhão de poder. É oportuno relembrar a definição de “ideologia” oferecida por Marilena Chaui:

[...] [a ideologia] é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sócias, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção econômica (CHAUI, 2014, p. 53).

A fala autoritária é unívoca e monodimensional. Seu usuário – que em todos vê subserviência ou contraposição aos seus caprichos –, avalia, julga e sentencia os colegas ora como “frágeis e derrotados”, ora como “francos postulantes” que o ameaçam. E como ele é um ser essencialmente ambicioso, para quem a falta de escrúpulo justifica o *próprio* “bem”, acredita que seus colegas possam ser categorizados de dois modos: a de “bajuladores/covardes” (premiados com distinções invisíveis); ou de “concorrentes/idealistas”, que precisam ser duramente enfrentados, de preferência diante da maior audiência.

Tarefas primordiais do chefe? Coibir os bajuladores, quando manifestam qualquer sinal de autonomia; desmoralizar os colegas que não se adequam ao esquema proativo (mas subserviente). Aí reside a artimanha que serve a disfarçar sua insegurança perante a maior competência, a criatividade e a eficiência de seus pares. Quando age desta forma, o diretor, o coordenador, o responsável, o líder do projeto assume as características de um tirano perfeito.⁹ Nesse sentido, seria impor-

9. “A teoria política clássica costumava excluir completamente o tirano do gênero humano, chamando-o de ‘lobo em forma humana’ (Platão), por sua posição de um contra todos na qual se punha, e que se distinguiu nitidamente seu domínio, o domínio de um só, chamado por Platão indiscriminadamente de monarquia, ou tirania, das diversas formas de soberania ou basileia” (ARENDET, 2001, p. 136).

tante investigar até que ponto o autoritarismo é, ou não, um dentre os sintomas tipicamente brasileiros. Como percebeu Sérgio Buarque de Holanda (1999, p. 155), “Cada indivíduo [...] afirma-se ante os seus semelhantes indiferente à lei geral, onde esta lei contrarie suas afinidades emotivas, e atento apenas ao que o distingue dos demais, do resto do mundo”.

O sujeito autoritário faz pouco caso de quem não se coaduna com o seu perfil carreirista; por outro lado, reage contra quem manifesta a mesma sede de poder que a sua. Há momentos, no entanto, em que esse ser supremo cede parte de seu imenso poderio: isso acontece quando ele delega funções (“missões” a serem cumpridas em nome da instituição, ou tarefas intestinas para as quais não tem competência). Nas raras oportunidades em que o seu império é descentralizado, secretamente o superior torce para que o subalterno “escolhido a dedo” fracasse, falhe e esmoreça; que descumpra os prazos estipulados: que se revele um ser humano. Assim, o chefe pode lhe conceder o imerecido perdão e renovar a sua eterna dívida moral.

O erro cometido pelo sujeito que o líder colocou em missão é tão ou mais “lucrativo”, pois autoriza que o chefe (1) demonstre ao coletivo que o poder centralizado é maneira mais eficaz de proceder; 2) exponha a inabilidade do subalterno e ressalte a sua competência; 3) demonstre seu elevado grau de comiseração paternalista, ao conceber nova oportunidade de acerto ao subordinado que falhou.

A linguagem reafirma o poder de quem está à frente da instituição. Talvez o método mais eficaz de suprimir as diferenças de opinião seja impor a falácia de que elas (as divergências) não existem: “Se reunirmos o discurso competente da Organização e o discurso competente dos especialistas, veremos que estão construídos para assegurar dois aspectos hoje indissociáveis no modo de produção capitalista: o discurso da Organização afirma que só existe racionalidade nas leis do mercado; o discurso

do especialista afirma que só há felicidade na competição e no sucesso de quem a vence” (CHAUI, 2014, p. 58).

Mas, nem tudo está perdido. A quem não se conforma com os desmandos e arbítrios da *persona* autoritária, ainda restam alguns alvites: contestar os abusos, amparado na lei; recorrer ao sarcasmo; ou formalizar a exoneração.

A fala narcísica

*Assim zombara ele desta, zombara assim de outras ninfas nas águas
ou nos montes nascidas, como havia zombado de muitos jovens*
(Ovídio)

[...] *a conversação está sempre em excesso,
com relação a criar* (Gilles Deleuze & Félix Guattari)

Em memória de Joaquim Alves de Aguiar

Fala, conversa

Desde a descoberta (para alguns, invenção) da Psicanálise, ao final do século XIX, passou-se a creditar maior quinhão terapêutico à fala. Em termos mais específicos, determinados sintomas provocados por traumas, ou gatilhos mediados pela psiquê, poderiam ser identificados e analisados com vistas à cura de síndromes e transtornos recorrendo-se à linguagem externalizada. De posse do diagnóstico, o psicanalista apresentaria ao falante uma ou mais vias de tratamento, com ações e prazos estimados de duração.

Nosso plano de cura se baseia nesses conhecimentos. O Eu está debilitado pelo conflito interior, temos de correr em seu auxílio. É como numa guerra civil que deve ser decidida pela assistência de um aliado externo. O médico analítico e o Eu debilitado do paciente devem, apoiados no mundo externo real, formar um

partido contra os inimigos, as exigências instintuais do Id e as exigências de consciência do Super-eu (FREUD, 2019, p. 226).

O método terapêutico proposto por Sigmund Freud seria desdobrado por Jacques Lacan, nas décadas seguintes à morte o “pai” da psicanálise. Para o herdeiro francês, a fala não só participava do processo de superação do trauma - ou localização do gatilho, descrito conscientemente, ou não, pelo paciente. Além do caráter terapêutico, o ato da fala relacionava-se à identidade e à (re)constituição do indivíduo.

No sonho, no ato falho, no chiste – o que é que chama atenção primeiro? É o modo de tropeço pelo qual eles aparecem. Tropeço, desfalecimento, rachadura. Numa frase pronunciada, escrita, alguma coisa se estatela. Freud fica siderado por esses fenômenos, e é neles que vai procurar o inconsciente (LACAN, 2008, p. 32).

Um pouco mais tarde, Michel Foucault sugeriu que a interdição da fala seria um dos modos de exclusão, do ponto de vista sociopolítico. Em nome de argumentos pseudocientíficos ou normativos convencionados por determinado grupo, a acolhida do indivíduo cederia lugar ao boicote de sua fala. Em acordo com a origem social, a posição ocupada pelo sujeito e as suas características, ele receberia o aval (ou o veto) dos pares ou superiores. Nesse sentido, a possibilidade de externalizar o que pensava e sentia por intermédio da fala implicaria a aprovação (ou a coerção) do outro.

[...] o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem que é perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber (FOUCAULT, 2009, p. 71).

Para além da discussão em torno dos efeitos da fala e da sua caracterização como sintoma, deve-se lembrar que, entre

os séculos XVI e XIX, a conversação constituía uma das artes cultivadas nas cortes europeias, quando a aristocracia passou a se refinar com artes que ensinavam novos modos ao cortesão, com vistas sua distinção como nobre discreto, em relação aos homens vulgares ou sem representação social (BURKE, 1995). Para esses manuais, a fala resultava de uma performance codificada, eivada por regras que diziam respeito à matéria do discurso (*inventio*), à disposição de suas partes (*dispositio*), modos de dizer (*elocutio*) e a (im)postura atrelada à linguagem (*actio*). De acordo com Alcir Pécora (2001, p. VIII-IX):

No salão dos *hôtels* parisienses, conversar revela-se um “ofício”, como diz Hellegouarc’h, que faz o indivíduo tornar-se interessante e informado, sem ser pesadamente erudito, e cultivar cuidadosamente a aparência de “natural”, obtida menos à custa dos conteúdos das conversas, do que do perfeito domínio da voz, da pronúncia, da expressão, do gesto, do porte, enfim, de tudo que compõe a *actio* retórica.

Poderíamos aventar que a fala tanto é performativa, quanto diagnosticável; tanto envolve artifício, quanto sinaliza para brechas espontâneas do discurso; tanto dissimula sentimentos quanto afeta paixões inexistentes. Nesse sentido, seria razoável questionarmos os limites da terapêutica, levando em conta que podemos interpretar como sintoma o que pode estar relacionado a artifícios postos em ação pelo sujeito que fala sobre algo, para alguém, em algum lugar, durante algum tempo.

Turno

Provisoriamente, consideremos o truísmo de que conversar e falar não sejam necessariamente sinônimos. O primeiro ato, em geral, pressupõe o diálogo, seja ele codificado ou mais espontâneo. Quanto à fala, pode resultar da inexistência de ou-

vintes, quando é monólogo; ou é assimétrica, quando aquele que discorre mais fala do que ouve.

Talvez seja útil lembrar que a Análise da Conversação¹ é uma área da linguística que tem, por objeto de estudo, colóquios (mais ou menos espontâneos) que, transcritos, constituem um *corpus* de investigação relacionado às características e artimanhas do discurso e dos atores, a partir de recorrências lexicais; da estrutura, extensão e ordenação das frases; do emprego de dispositivos que favorecem, ou não, a articulação do discurso etc.

A transcrição e análise de diálogos, tanto no âmbito da arte (cinema, dramaturgia, música, literatura), quanto em contextos comunicacionais (entrevistas, bate-papos, consultas médicas, audiências, exposição de trabalhos em eventos etc), ajudaria a detectar uma modalidade discursiva oral que poderíamos denominar fala narcísica. Ora, estamos habituados a supor que o narcisismo seja um conjunto de ações indicativos de postura autocentrada e autorreferencial do indivíduo. Como se sabe, nas letras antigas, o comportamento de Narciso se tornou um paradigma desse modo de agir, especialmente depois que a psicanálise aludiu ao episódio do afogamento da personagem, sequiosa de ultrapassar o nível superficial, retratado como reflexo de sua imagem:

Admira tudo o que o torna a ele digno de admiração.

Sem saber, a si se deseja; é aquele que ama, é ele o amado.

Ao cortejar, a si se corteja. Arde no fogo que acende. [...]

Ingênuo! Por que buscas em vão agarrar uma fugitiva imagem?

O que desejas não existe! O que amas, retirando-te, perdê-lo-ás!

1. “A Análise da Conversação deriva, segundo Heritage (1999), da Etnometodologia, uma corrente da sociologia inaugurada a partir da publicação de *Studies in Ethnomethodology*, de Harold Garfinkel, em 1967, que sugeria a investigação da organização social por meio de um paradigma interpretativo” (CARVALHO; ACIOLI, 2017, p. 158).

Essa sombra que vês é o reflexo da tua imagem!
(OVÍDIO, 2019, p. 195).

O mergulho fatal de Narciso comportaria simbolismos variados, dentre eles a incapacidade de distinguir entre reflexo (da imagem) e reflexão (do Eu), já que exprimem coisas bem diferentes. Uma diz respeito à adoração não do ser, mas da imagem que projeta (ou é projetada) sobre si mesmo; outra sugere que o mergulho em busca da essência implica ultrapassar o âmbito da superfície e lidar com áreas recônditas, e até então inacessíveis, do próprio ser.

Aparência *versus* essência: tópico recorrente na filosofia e nas artes desde a Antiguidade. Dicotomia quase sempre relacionada ao caráter ambivalente do que se vê, a sugerir o descompasso entre a imagem projetada e a sua percepção por parte daquele que a enxerga. Subjacente a essa discussão, havia a controvérsia sobre o caráter artificial da Retórica, arte da persuasão. Platão via nela uma técnica descomprometida com o bem e a verdade: “[...] se o orador utilizar a oratória para fins iníquos, não é o caso de censurar, nem de censurar, nem de enxotar da cidade o seu mestre, mas sim o faltoso, que utilizou a oratória de maneira indevida?” (PLATÃO, 1970, p. 73).

A ele se contrapunham Górgias e Polo, sofistas que defendiam o caráter técnico da arte e problematizavam os limites relacionados à pretensão de buscar ou afirmar verdades: “Os filósofos, com efeito, não têm noção das leis que regem o Estado, nem da linguagem que devemos empregar ao falar com as pessoas nos negócios particulares e públicos, nem dos prazeres e paixões humanas” (Idem, ibidem, p. 117). Desde a Antiguidade, a poesia lírica deu voz a Eros, contraparte de Tánatos. A despeito de as convenções retórico-poéticas terem se transformado, ao longo das eras, o caráter egocêntrico do amor permaneceu como pressuposto dos versos produzidos. Com o

advento do Romantismo europeu, no final do século XVIII, o acento individual nos versos redobrou em força e apelo. A título de ilustração, consideremos os versos de “Olhos Verdes”, de Antônio Gonçalves Dias, que estabelece diálogo temático, estrutural e formal com uma rima atribuída a Camões²:

São uns olhos verdes, verdes,
Uns olhos de verde-mar,
Quando o tempo vai bonança;
Uns olhos cor de esperança,
Uns olhos por que morri;
Que ai de mim!
Nem já sei qual fiquei sendo
Depois que os vi! (CONÇALVES DIAS, 2001, p. 339)

A título de ilustração, recuemos até 1705, para redescobrimos os olhos de Anarda, que ora sugerem afeição, ora produzem o afastamento do enamorado: “É meu peito navio, / São teus olhos o Norte” (OLIVEIRA, 2005, p. 11). Ou a um soneto de Camões (2008, p. 280): “Fermosos olhos, que na idade nossa / Mostrais do Céu certíssimos sinais, / Se quereis conhecer quanto possais, / Olhai-me a mim, que sou feitura vossa”. Eventualmente, se o leitor preferir, consideremos um poema de Petrarca, que descreve os efeitos avassaladores do rosto sobre o estado de alma da persona poética: “Quando entre as outras damas se demora, / Amor brilha é no belo rosto dela; / e vendo que nenhuma lhe é mais bela / cresce em mim o desejo que enamora” (PETRARCA, 2014, p. 51). Ou ainda, evoquemos uma ode de Horácio, que referencia a posição superior de quem é observado em relação à de quem vê: “Ó filha mais formosa que a formosa / mãe, atira os meus jambos criminosos / aonde

2. “Eles verdes são: / E têm por usança, / na cor esperança, / E nas obras não” (versos de Camões que servem como epígrafe ao poema “Olhos Verdes”, de Gonçalves Dias, publicado em *Últimos Cantos*, de 1851).

quiseres, ou ao fogo ardente, / ou às ondas do Adriático [...]” (HORÁCIO, 2003, p. 49).

Naturalmente, a tópica do olhar ambíguo não se restringe ao verso, nem é exclusivo do “movimento” romântico. Avancemos até 1899, para contrapor os olhos dissimulados de Capitu ao comportamento supostamente bom e espontâneo de Bento Santiago. Façamos pouso nas páginas de *Dom Casmurro*, especialmente aquelas que sugerem a derrota do olhar (descrito como ambíguo) que arrastava o protagonista em meio às vagas, diante do seu falar (assertivo) que tudo devora em nome do paternalismo, da subserviência aos dogmas e ao autoenvenenamento por suspeita da consorte. A cena a seguir descreve a suspeita de Bento Santiago sobre a infidelidade de esposa e a paternidade do filho:

- O quê? perguntou ela como se ouvira mal.
- Que não é meu filho.

Grande foi a estupefação de Capitu, e não menos a indignação que lhe sucedeu, tão naturais ambas que fariam duvidar as primeiras testemunhas de vista do nosso foro. Já ouvi que as há para vários casos, questão de preço; eu não creio, tanto mais que a pessoa que me contou isto acabava de perder uma demanda. Mas, haja ou não testemunhas alugadas, a minha era verdadeira: a própria natureza jurava por si, e eu não queria duvidar dela (MACHADO DE ASSIS, 2014, p. 353).

Lembro que, no tempo da enunciação de suas memórias, Bento – filho da escravista D. Glória; escudado pelo pai de empréstimo, José Dias; confrontado pela régua de prima Justina – afeta inocência, o que, em tese, condiria com a sua suspeita de que a esposa Capitu já estivesse “em” Capitolina – a meni-na pobre com que a casa abastada dos Santiago fizera muro e arrimo. Joaquim Alves de Aguiar notara, a esse respeito, que:

O muro, como sabemos, contém uma abertura (a portinhola) por onde transitavam Bentinho e Capitu, no vaivém das brincadeiras infantis e, depois, do namoro adolescente. Tomando a história em seu todo, a abertura ganha um valor simbólico notável, pois ela acaba funcionando como detalhe da passagem de classe de Capitu, que sobre os degraus da casa ao lado quando ingressa na outra família, ao casar-se com Bentinho. A passagem de Capitu permite ver que a roda grande absorve a pequena, como uma metrópole que engole um subúrbio. Quando se casa, Capitu vai viver na Glória, um bairro com o mesmo nome da mãe de seu marido (AGUIAR, 1998, p. 159).

Escuta

É de amplo conhecimento que a crítica brasileira gastou mais de sessenta anos, até admitir a eventual inocência de Capitu (*Dom Casmurro*). Vale lembrar que isso só passou a acontecer a partir de 1960, provavelmente em resposta ao ensaio de Helen Caldwell, *O Otelô Brasileiro de Machado de Assis*³. Seria ocioso retomar os ensaios da estudiosa norte-americana, bem como as hipóteses formuladas por Eugênio Gomes ou Silviano Santiago, nos anos que se seguiram. Por isso, em lugar de nos estendermos sobre as (des)razões da crítica brasileira para condenar ou inocentar Capitu, interessa-nos mais avaliar os pressupostos, meios e objetivos mal encobertos pelo discurso teoricamente franco de Bento Santiago, sombra e sobra da esposa.

Se o narrador noticia as etapas fundamentais do processo educativo do protagonista (que é ele mesmo, na infância, adolescência e mocidade), pouco ou nada ficamos sabendo sobre suas experiências escolares. É que, nesse período da vida, ganha vulto a figura de Capitu, que o inicia nos caminhos do amor e que, com isto,

3. “Sem demora [Bento Santiago] aparenta ser um homem sutil e, além de tudo, um advogado, cujas palavras convém ao leitor pesar cuidadosamente” (CALDWELL, 2002, p. 20).

desempenha um papel educador mais importante na trama romanesca que os papéis desempenhados pelo padre e pelos professores do Seminário e da Faculdade (AGUIAR, 1998, p. 152).

Aqui poderíamos apontar duas vertentes críticas: a patriarcal, surda aos apelos razoáveis da mulher; a outra, disposta a cotejar o que dizia a pena de Shakespeare, como poderoso (e inegável) intertexto machadiano. Isso porque, durante mais de meio século, tratou-se de desprezar a tarefa de ler a obra que o próprio Bento Santiago, narrador da peça de acusação favorável a si mesmo, fizera diversas alusões, ao longo do romance:

A instalação do tribunal doméstico, o réu diante do promotor e do juiz, sem direito a júri e advogado de defesa, é, entre outras coisas, mais um elemento que confirma uma certeza cultivada pelo leitor desde o início do livro: *Dom Casmurro* é um “romance de família”. A educação de Bentinho é mais sentimental do que escolar, e todo o seu drama decorre da crise e da dissolução do seu casamento (AGUIAR, 1998, p. 153).

Corremos o risco de repetir obviedades, transcorridos mais de cento e vinte anos da publicação do romance machadiano. Vale lembrar que *Dom Casmurro* é narrativa escrita em primeira pessoa por sum ex-seminarista e advogado, costurado à saia da mãe, forjado no dogmatismo moral da igreja e cultivador da retórica – correspondente aos bustos dos oradores que enfeitam a sala de visitas, em seu velho-novo lar, à imitação da casa onde viveu com a mãe em Matacavalos.

Porventura, o que mais chame atenção no plano diegético é que – afora se tratar do relato unilateral de um cinquentão ou sexagenário, a recontar os lances da vida de si mesmo – quando era garoto mimado e egocêntrico e cioso das vantagens de sua classe social – Bento Santiago mais e melhor fala do que escuta. Com o passar dos anos, não lhe bastou se vingar da esposa; ele sentiu necessidade de escrever uma narrativa autocentrada,

em que a perspectiva alheia quase não contava. Nesse sentido, haveria uma duplicação do Eu, que ganha forma à medida que o narrador/promotor/advogado enuncia a sua versão dos episódios que vivenciou.

Recorde-se do episódio inicial do diário, em que ele diminui a importância do “poeta do trem”, chama seus versos de “não inteiramente maus” e concede ao jovem, que só “conhecia de vista e de chapéu”, o título dado ao romance. Repare-se na descrição cega que faz de sua mãe, no capítulo que leva seu nome (D. Glória), ao ver nela uma “boa criatura”, apesar dos hábitos escravocratas e da postura autoritária com que criara o filho e tratava a parentada em nome de Deus, da moral e dos bons modos. Note-se a acusação, sem provas, nem direito à escuta de sua esposa – embora dissesse amá-la desde a adolescência. Em termos de arrogância e de autorreferência, Santiago está bem próximo do defunto-autor Brás Cubas, ou de Cristiano Palha – o especulador maior e dissimulado de *Quincas Borba*.

Advirta-se que os pequenos e grandes lances da vida do protagonista resultam de uma seleção ativada pelos afetos e pela memória (ambos capazes de enganar). Quer dizer, a distribuição de capítulos, no livro obedece a uma *dispositio*, ordenada com o fito de persuadir o leitor de que o narrador é honesto e se atém à verdade embutida nos fatos. Até mesmo o aparente esquecimento de mencionar determinados episódios (intercalados na sequência) colabora na persuasão do leitor: tais lapsos sugerem estarmos diante de um narrador que se assume como ser falível, a justificar a sua incapacidade em preencher as lacunas de sua existência casmurra, solitária e saudosista.

Claro está que não se trata de narrativa isenta. Quem se daria ao trabalho de recontar décadas de uma existência conservadora, pequena e solitária, se não fosse para criar (ou mudar) a imagem produzida por *outrem*?

Fala contra Escuta

Não seria difícil estender essas observações em torno da ficção à realidade que nos cerca e, por vezes, coíbe. A fala narcísica está na intervenção de um aluno que julga colaborar com a aula, acrescentando dados ou corrigindo informações, mediante consulta prévia (ou imediata) a provedores de busca, na internet. Por vezes, isso acontece porque a sala de aula é confundida com fórum para a superação do indivíduo, esteja ele no papel de professor ou aluno. Aceita essa hipótese, poder-se-ia recorrer a Jacques Lacan (2005, p. 27), que examinava

[...] o que se estabelece quando o neurótico chega à experiência analítica. É que ele também começa a dizer coisas. Ele diz coisas, e nessas coisas que ele diz, não há muito com que se espantar se, no começo, não são outra coisa senão essas falas de pouco peso [...]. Contudo, algo é fundamentalmente diferente, é que ele não vem ao analista para dizer ninharias e banalidades. Desde então envolveu na situação algo que não é nada, já que, em suma, é seu próprio sentido que ele vem mais ou menos procurar.

A fala narcísica reside na suposição, por parte de parceiros de ofício, mas também de orientandos e estudantes, de que o tempo de que dispõem coincide com os momentos de ócio de seu colega, orientador ou professor – disponível dia e noite para as suas dúvidas pontuais e agruras existenciais, sob pena de parecer frio, distante e insensível. Ela também se manifesta quando amigos sobrevalorizam o que têm a expor, mas são incapazes de escutar o que o ouvinte teria de importante a lhes comunicar. Ela está na costumeira autorreferenciação, traduzida pelo emprego recorrente de “minha tese”, “meu artigo”, “minha aula”, “meu ponto de vista”, “minha tese”, “minha ideia” etc. Recorramos a Lacan (2008, p. 40), para atribuir maior consistência:

A relação narcísica com o semelhante é a experiência fundamental do desenvolvimento imaginário do ser humano. Enquanto experiência do eu, tem uma função decisiva na constituição do sujeito. O que é o eu, senão uma coisa que o sujeito primeiro experimenta como estranha no interior dele mesmo? É primeiro num outro, mais avançado, mais perfeito que ele, que o sujeito se vê. Vê, em particular, sua própria imagem no espelho [...]

A fala narcísica está nas mensagens eletrônicas enviadas por *e-mail* ou através de aplicativos para celular, em que, atendido o interesse, ou fornecido o material desejado pelo solicitante, este não se recorda, sequer, de retribuir o gesto. Está no questionamento, quase sempre por achismo, da nota atribuída (e não obtida), da frequência inventada (e não calculada). Para Sigmund Freud (2017, p. 30):

[...] a libido liberada pelo fracasso não fica em objetos na fantasia, mas retorna ao Eu; a megalomania corresponde, então, ao domínio psíquico sobre esse montante de libido, ou seja, à introversão para as fantasias encontrada nas neuroses de transferência.

Obviamente, ela também pode estar nas ruas. Parece ser o caso quando, em meio às gentes numa galeria comercial repleta de pessoas no bairro da Liberdade, em São Paulo, acontece um diálogo como o que segue:

- Biluuuu!, Biluuuu! [aos gritos]
- O que é isso?! [assustado]
- *Isso* é o meu estado de felicidade, que incomoda muita gente [dito ruidosamente]⁴

Infelizmente, este interlocutor não teve oportunidade de responder à criatura, que talvez padecesse do excesso de felicidade. Não fosse esse o caso, e porventura ter-lhe-ia dito que

4. Testemunhado por este autor em 14 de setembro de 2019.

ela estava a confundir um sintoma de histeria (relacionado à sensação de plenitude comerciária, ou mero cabotinismo consumista) com alegria. Como notou Byung-Chul Han (2017, p. 9): “Estamos constantemente comparando tudo com tudo, e com isso nivelamos tudo ao igual, porque perdemos de vista justamente a experiência de *atopia* do outro. A negatividade do outro atópico se retrai frente ao consumismo”. Caberia perguntar: “Qual a vantagem do Eu em falar demasiadamente sobre si, sem escutar nem a objeção, nem o elogio do outro?”. Nonada.⁵ Ponto final.

5. Talvez fosse o caso de consultarmos *Hints Towards an Essay on Conversation*, de Jonathan Swift - capítulo precioso, com dois séculos de persistência, em que ele detectava sinais de loucura em variadas situações de fala.

A fala autorreferencial

[...] *l'entretien des hommes ne peut être plaisant sans repartie*
(La Mothe Le Vayer, “De La Conversation”, 1644).¹

[...] *on peut donc poser une première analogie:*
ce que les autres sont à l'ascète dans une communauté,
le carnet de notes le sera au solitaire
(Michel Foucault, “L'écriture du soi”, 1983).²

Ego

Examinando diversos manuais que pretendiam ensinar a arte da conversação no século XVII³, Alain Viala (2008, p. 170) notou a existência de alguns pressupostos decisivos na sua elaboração. A galanteria possibilitava aos homens que não pertenciam à aristocracia, nem à alta burguesia nascente, exercer a fachada que legitimaria o comportamento adequado à sociedade, em particular na interação com sujeitos de outras classes e condições econômicas: a “grande distinção no falar e nas maneiras compensa a pouca distinção das origens sociais”.

A proliferação de tratados sobre cortesia, voltados à arte da conversação, sugere a preocupação com uma “eloquência

1. “[...] a conversação entre os homens não será prazerosa se não houver réplica”.

2. “[...] podemos, portanto, propor uma primeira analogia: os outros são para o asceta, em uma comunidade, o que o caderno de notas será para o solitário”.

3. Segundo Norbert Elias (2001, p. 106 e 107), “Luís XIV certamente não foi o criador do mecanismo do cerimonial. Entretanto, em virtude de determinadas prerrogativas de sua função social, ele o utilizara, consolidara e ampliara. [...] essa avaliação precisa das relações entre as pessoas assim como essa contenção característica das emoções, são traços típicos da atitude do rei e dos cortesãos”.

galante”, orientada por dois “princípios fundamentais”: “não causar tédio em uma conversação [...] E, para isso, não se deve falar de si”. Também era “preciso ter espírito”, já que “o objetivo das conversações galantes não” era “obter a adesão a uma opinião, nem chamar a atenção, mas manifestar que” se fazia “parte do grupo galante, ou que” se era “digno de a ele ser integrado (VIALA, 2008, p. 172-173).

Dessa forma, o sujeito que desejasse parecer e soar como um homem galante, visando a obter melhor performance em determinados círculos sociais, deveria exercitar o comportamento discreto⁴. Assim, a conversação, nos meios restritos que frequentava, não tinha o propósito de servir como palanque pessoal para o sujeito, como passou a acontecer a partir do Século XIX; ela consistia em uma atividade social onde a habilidade de se manter em conversação mostrava o modo decoroso como esse sujeito deveria se comportar perante determinado grupo⁵.

Esse comportamento absolutamente regrado do *galant homme* em nada se assemelha ao discurso autorreferencial, abordado neste ensaio. A ideia é nos concentrarmos em uma modalidade específica da conversação contemporânea: o con-

4. “Ainda hoje se usa a expressão ‘um homem *comme il faut*’. Aqui nos deparamos com o seu local de origem na sociedade de corte. Para manter o lugar e a condição na intensa concorrência por prestígio da corte, para não se expor ao escárnio, ao desprezo, à perda de prestígio, é preciso submeter a própria aparência e os gestos, ou seja, submeter a personalidade às normas flutuantes da sociedade de corte, que enfatizam, em uma medida cada vez maior, o caráter específico e distinto das pessoas pertencentes a essa sociedade” (Elias, 2001, p. 234).

5. De acordo com Peter Burke (1995, p. 121-122), “O que distingue esse gênero [conversação] é a ênfase relativa em um grupo de características, quatro delas em especial: em primeiro lugar está o ‘princípio cooperativo’, nome atribuído pelo filósofo H. P. Grice; em segundo, a distribuição igualitária dos ‘direitos do falante’, expressos por meio da ênfase na tomada de turnos e que o romancista Henry Fielding chamou de ‘um intercâmbio recíproco de ideias’; em terceiro, a espontaneidade e informalidade das trocas; e, por fim, aquilo que um linguista chama de *non-business likeness*, um termo reminescente da definição do dr. Johnson sobre conversação: ‘Conversa além daquilo que é necessário para o que está realmente sendo tratado’.”

ceito de fala autorreferencial pretende soar como autoexplicativo. Aquele que recorre a essa modalidade discursiva não o faz gratuitamente: ele costuma conceber o universo onde sobrevive a partir de uma ótica fundamentalmente egocêntrica. Assim como um europeu em visita a um país latino-americano pode estender valores eurocêntricos, ao analisar certos procedimentos adotados neste continente, o sujeito autorreferente observa as pessoas e coisas como ingredientes ora mais, ora menos, acomodados à sua trajetória, que oscila entre o drama insolúvel e o empreendimento bem-sucedido.

Inábil em detectar os sinais alheios, ele é um paradoxo ambulante, pois o suposto brilho que atribui a si mesmo, o modo ansioso com que conta as histórias que protagoniza, é recorrente à maioria dos mortais. Quer dizer: o sujeito autorreferencial é mais produto do que sujeito; e a sua fala é mais sintoma do que cura. É possível que, à proporção que a sociedade do lucro e do logro progrida, aumente a população de mega-indivíduos que compartilham da mesma sanha: figurar maiores no pequeno grande mundo alimentado pelas relações impessoais que eles mantêm com as pessoas-objeto de seu convívio.

Considerando-se a estrela-maior do cotidiano próprio (e alheio), o falante autorreferencial utiliza sentenças em primeira pessoa, quase sempre permeadas por pronomes possessivos e verbos no modo imperativo: “EU ME PROGRAMEI para lhe contar o que aconteceu no MEU encontro. ESCUTE!”. É fácil notar que a fala autorreferencial costuma se escorar em fórmulas discursivas que permitem a qualquer ouvinte, minimamente atento, reconhecer nela pistas sobre a personalidade autocentrada do enunciador-de-si.

Como a SUA história é a mais importante, o ele ignora o fato de interferir em outras biografias. Por ser fundamentalmente um falante sem maior capacidade de escuta, ele detém sob curtas rédeas os turnos do discurso, preenchendo as linhas

do diálogo (efetivamente, um monólogo) com frases iniciadas por “EU ACHO que”. Tece comentários com verbos atrelados a pronomes pessoais da primeira pessoa – “ela ME disse que”. Enumera seres e coisas relacionados à sua propriedade ou protagonismo, anunciadas com pronomes demonstrativos: “ESTE é MEU amigo, Fulano de Tal”; “no MEU livro, MOSTREI que”; “a MINHA cozinha é grande” etc.

Naturalmente, a fala autorreferencial ocupa tempo e espaço e demanda investimento do ouvinte, numa sociedade em que o relógio norteia as tarefas e os momentos de lazer⁶: “A obsessão moderna com o tempo não mais se concretiza apenas na esfera do trabalho que está submetido aos critérios de produtividade – ela se apossou de todos os aspectos da vida”, lembra Gilles Lipovetsky (2004, p. 75). Mas isso não parece afetar os usuários da modalidade autorreferente: eles quase sempre têm muito mais o que dizer, ainda que roubem horas valiosas do SEU ouvinte.

Autoproclamado como sujeito titular do diálogo, o falante ignora o território emocional e a cota racional de quem o escuta, ocupando todo o lugar virtualmente reservado a eventuais apontamentos, réplicas ou respostas da parte de quem elegeu como confidente. O ouvinte será tão mais eficiente quando mais quieto permanecer e melhor lhe servir. De fato, um dos fenômenos mais comuns a essa fala-de-um-sobre-si é a incapacidade de perceber os limites e incômodos do receptor, combinada à sua indiferença em relação ao que o ouvinte tenta, inutilmente, esboçar. A fala autorreferente tende a enfraquecer, senão anular, as efetivas possibilidades de interação.

6. Daí alerta de Guy Debord (1992, p. 20), em sua cruzada contra a espetacularização: “[...] le spectacle n’est rien d’autre que *le sens* de la pratique totale d’une formation économique-sociale, son *emploi du temps*. C’est le moment historique qui nous contient” [o espetáculo nada mais é que *o sentido* da prática total de uma formação socioeconômica, *seu emprego do tempo*. É o momento histórico que nos detém].

Personagem

A título de ilustração, recorramos a algumas personagens encontradas em romances conhecidos pelo leitorado. Por exemplo, vejamos *o que e como* diz o narrador de *Nós*, de Zamiá-tin (2017, p. 17):

Enquanto escrevo isso, sinto minha face arder. Suponho que esse sentimento seja semelhante ao que uma mulher experimenta quando ouve pela primeira vez, dentro de si, o pulso de uma nova vida, ainda pequenina e cega. Sou eu e ao mesmo tempo não sou eu. Será preciso alimentá-la por longos meses com meu próprio sumo, meu próprio sangue. E depois, com dor, arrancá-la de mim e depositá-la aos pés do Estado Único.

Estruturada conforme as entradas do diário, a narrativa em primeira pessoa (“escrevo”, “suponho”, “sou eu”, “meu próprio sumo/sangue”, “de mim”) revela-se um poderoso indício de que o modo de ver e perceber o Estado Único (e seus coabitantes) é enviesada. D-503 se sente digno porque coparticipa do grandioso projeto que levará à consecução da gloriosa Integral. Obviamente, o pertencimento coletivo não impede, antes favorece, o acúmulo de referências a si mesmo. A fala autorreferente traduz a sua vida pessoal: o que menos importa a ele é o modo como as parceiras sexuais se sentem. Disposto fragmentariamente, as anotações do diário são pautadas pela estreita perspectiva com que o narrador enxerga o SEU trabalho edificante e o SEU prazer utilitário:

Querida O! Sempre me pareceu que ela tinha a aparência do próprio nome: era dez centímetros menor do que a Norma Maternal e por isso possuía formas completamente arredondadas. Um rosado O – sua boca – se abre ao encontro de cada uma de minhas palavras (ZAMIÁTIN, 2017, p. 20).

O que O representa para D-503? A materialização de um estereótipo. A despeito de não corresponder aos afetos da parceira, o sujeito recorre à conveniência a que ela se resume. O modo como ele a trata é derrisório, a começar pela maneira como se refere superior e cinicamente à jovem, “Querida”. O discurso do racional e eficiente D-503 se eleva, indiferente e frio, sobre a imagem apequenada e utilitária que faz de O: “Sempre ME pareceu que...”. E como é ELE e a fala autorreferencial que importa, a conclusão não poderia ser outra, senão a de enxergá-la como mulher serviçal, inferior e submissa, sempre disponível e disposta a valorizar a fala do ente supremo: “Um rosado O se abre ao encontro de cada uma de MINHAS palavras”.

Evidentemente, há vários modos de contar uma história, umas menos autorreferenciais que outras. Mas, é habitual que narradores projetem maior estatura no discurso, em proporção inversa ao modo como reduzem as pessoas com que suportam conviver. Porventura será útil recordar os modos de outra personagem, fundamental para o desenrolar de uma investigação criminal. Examinemos o modo como o Dr. Sheppard inicia o seu relato em *O assassinato de Roger Ackroyd*, de Agatha Christie (1969, p. 1).

It was a few minutes after nine when I reached home once more. I opened the front door with my latchkey, and purposely delayed a few moments in the hall, hanging up my hat and the light overcoat that I had deemed a wise precaution against the chill of an early autumn morning. To tell the truth, I was considerably upset and worried.⁷

Escutemos o que o narrador-personagem diz. Neste punhado de frases, há diversas alusões a si mesmo, tanto as mais

7. “Passava um pouco das nove, quando retornei para casa. Abri a porta da frente com minha chave de trava e me demorei um pouco, de propósito, no *hall*, pendurando o chapéu e o leve sobretudo que eu tinha considerado uma sábia precaução contra o frio de uma manhã de início do outono. Para dizer a verdade, eu estava consideravelmente chateado e preocupado”.

diretas – “eu”, “abri”, “minha”, “demorei” – quanto àquelas referências estendidas a outros termos: “de propósito” [eu] – “[eu] pendurava” – “[eu] havia levado” – “sábua precaução [minha]” – “[eu estava] chateado e preocupado”. Quem já leu esse eficiente relato de Sheppard, encontrará numerosas passagens com acúmulo de palavras que remetem à primeira pessoa do discurso. Esse traço não passará despercebido ao detetive com escuta fina, que é Hercule Poirot.

Poder-se-ia objetar que o discurso autorreferencial é esperado, em narrativas ficcionais na primeira pessoa; mas é preciso reconhecer a possibilidade de descrever fatos testemunhados e experiências vivenciadas de maneira que o discurso não soe tão redundante. Talvez um bom exemplo disso esteja em *Fahrenheit 451*, de Ray Bradbury. A certa altura, o capitão dos bombeiros, Beatty, visita Montag e desfere verdadeiro choque de realidade, na tentativa de justificar a proibição dos livros:

– Todos devemos ser iguais. Nem todos nasceram livres e iguais, como diz a Constituição, mas todos se fizeram iguais. Cada homem é a imagem de seu semelhante e, com isso, todos ficam contentes, pois não há nenhuma montanha que os diminua, contra a qual se avaliar. Isso mesmo! Um livro é uma arma carregada na casa vizinha. Queime-o. Descarregue a arma. Façamos uma brecha no espírito do homem. [...] Você precisa entender que nossa civilização é tão vasta que não podemos permitir que nossas minorias sejam transtornadas e agitadas (BRADBURY, 2012, p. 83-84).

Tenso para a personagem e incômodo para o leitor, o diálogo entre Montag e Beatty é assimétrico. Montag se recusara a trabalhar no corpo de bombeiros, alegando estar doente. Alguns dias depois, recebe a visita de seu superior hierárquico, que pretende explicar a razão de os bombeiros serem convocados não para apagar incêndios, mas a incinerar livros, em nome da suposta felicidade geral. Naquela sociedade, em que o livro

foi banido, as funções sociais são convertidas em outra coisa. Tomando várias páginas do romance, o diálogo entre bombeiro e capitão alterna breves perguntas (feitas por Montag) e respostas extensas, o que reforça não só as divergências entre um e outro, mas as diferentes posições que ocupam na hierarquia.

Assimetria

Suponhamos que a fala autorreferencial fosse examinada segundo a micro-ótica do poder. Deter a palavra por mais tempo não será um modo tácito de sugerir ao outro que ele importa pouco, menos vale e quase nada pode – tampouco falar? Ou o discurso-que-aponta-para-si-mesmo será apenas uma maneira desse falante inveterado sobrepujar inseguranças pessoais, inundando o “diálogo” referindo seus títulos, feitos e conquistas – por menores ou menos interessantes que eles efetivamente sejam?

A fala autorreferencial almeja conduzir o diálogo, deter a posse da fala, privatizar o discurso, usufruir do tempo, dominar o ambiente. O sujeito que mais fala pode testar a rentabilidade da comunicação, com “perguntas” cuja “função” é averiguar a manutenção da conversa. Elas “são enunciadas” por meio de marcadores do tipo *certo? né? entende?* (SILVA, 2006, p. 287). Isso não implica que a sua postura favoreça a bilateralidade: quando o diálogo é assimétrico, o falante-de-si sacrifica o ouvinte: aquele que imagina ter-mais-o-que dizer subjuga o ser que precisa-ser-paciente, prejudicando as possibilidades de efetiva interação.

Erich Fromm mostrou que há basicamente dois modos de interagir durante a conversa: exercendo-se o controle do diálogo ou agindo mais espontaneamente. A palavra como posse e cálculo se contrapõe à fala que acolhe e propõe soluções. O discurso em circuito fechado contrasta com o diálogo aberto.

[...] há aqueles que enfrentam uma situação sem nada preparar de antemão, não se apoiando absolutamente em coisa alguma. Pelo contrário, reagem espontaneamente e de modo produtivo; esquecem-se de si mesmos, do conhecimento e da posição que têm. Seus egos não se situam no centro, e precisamente por esta razão estão aptos a reagir plenamente a outras pessoas e às ideias de outrem. [...] Chegam plenamente vivas ao diálogo, porque não se sufocam pela ansiedade com respeito ao que têm (FROMM, 1977, p. 51).

Uma coisa é certa: a fala autorreferencial repousa na assimetria. Mas, afinal, até que ponto será aceitável a desproporção entre o *script* do falante e a audição do ouvinte? O que justifica a manutenção da assincronia entre quem fala e quem escuta? Por que razão o falante autorreferencial se mostra (ou finge ser) incapaz de perceber as necessidades e respiros do outro? Será efetivamente uma falha de percepção – algo, em tese, menos grave? Sintoma de alienação extrema? Ou se trata de egoísmo puro e simples?

Ao que tudo indica, a cronologia não afeta o falante autorreferencial da mesma forma que ao seu ouvinte, já que a passagem do tempo não obedece aos ponteiros do seu relógio. Basta escutarmos diálogos entre amigos em transportes públicos, bancos de praça ou cafés, para detectar o fenômeno. É habitual que, após uma ou duas horas de conversação em que o falante detenha noventa por cento do que foi dito, ele repare assustado como o tempo terá passado velozmente, a ponto de não o perceber. Por outro lado, seria dispensável perguntarmos ao ouvinte quão vagarosa e suplicante foi a tarde, levando em conta a sua perspectiva do “diálogo”.

Não bastasse a inaptidão para escutar as raras intervenções do ouvinte, o falante autorreferencial aciona comandos que asseguram a perpetuação do monólogo. Teoricamente, relações equilibradas entre amigos pressupõem que um e outro exer-

çam os mesmos direitos e deveres, usufruindo das trocas. No entanto, é frequente o falante-mor interromper as poucas intercalações do ouvinte com sentenças que soam como ordens: “Deixa EU falar!”, “Já VOU terminar!”, “Como EU dizia...”. Claro esteja: somente o cinismo autorizará o sujeito que-só-fala a defender o seu discurso quase ininterrupto, recorrendo à hipótese rasteira de o ouvinte ser “quieto” ou “não SE importar” em ouvi-LO. De todo modo, podemos contar com conclusões sem fundamento, tais como “Amigo é pra essas coisas”.

Decerto, haverá outras amostras de falas assimétricas. Consideremos diálogos entre pessoas que ocupam diferentes posições na hierarquia acadêmica, financeira, comercial ou administrativa. Até onde vai a liberdade para o subalterno dizer o que sente, pensa e faz, perante seu tutor universitário, gerente do projeto, diretor da empresa, supervisor de vendas? Por outro lado, quantos não foram aqueles que suportaram falas intermináveis de incertas figuras que ocupavam cargos superiores, mais por respeito do que por vontade? As assimetrias que distanciam os atores do diálogo mostram *quem* detém a palavra, *como e por que*, relembando os modos de exclusão ilustrados por Michel Foucault (1971, p. 12):

[...] le discours – la psychanalyse nous l’a montré –, ce n’est pas simplement ce qui manifeste (ou cache) le désir; et puisque – cela, l’histoire ne cesse de nous l’enseigner – le discours n’est pas simplement ce qui traduit les luttes ou le systèmes de domination, mais ce pour quoi, ce par quoi on lutte, le pouvoir dont on cherche à s’emparer.⁸

Não nos furtemos a estudar um contraste de outra natureza: aquele que preside a fala entre enamorados. É razoável

8. “[...] o discurso – a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente o que manifesta (ou esconde) o desejo; dessa forma – a história não deixa de nos ensinar –, o discurso não é simplesmente o que traduz lutas ou sistemas de dominação, mas por quê, para que lutamos, o poder que procuramos dominar”.

supor que, no princípio do relacionamento, as juras de amor ocupem maior tempo e espaço que as banalidades do cotidiano, ordinárias em essência. Mas, curiosamente, há diálogos íntimos nos quais a autorreferência de um sobrepuja os feitos contados pelo outro. O fenômeno é interessante porque há dois seres a falar sobre si mesmos, mas não necessariamente ambos colaboram para o êxito, tampouco a manutenção, do próprio relacionamento.

Redundância

A fala autorreferencial tornou-se um dos mandamentos, na era do *selfie* e do *marketing* pessoal – especialmente quando o sujeito acrescenta às camadas de sua personalidade a dimensão híbrida de pessoa física e pessoa jurídica. Por isso mesmo, nos raros momentos quando o autoempreendedor deixa de falar sobre negócios, ele alterna a prestação de serviços lucrativos com episódios bem-sucedidos de sua vida íntima. Daí o caráter eminentemente pragmático dessa linguagem, já que o léxico utilizado para diferentes esferas pode ser o mesmo: conquista-se o afeto de uma pessoa analogamente ao modo como se logra a confiança de um cliente: o amor é cego; o fetiche cega. Os jogos de sedução pressupõem manejar bem discursos e artifícios não-verbais, com vista a concretizar os projetos pessoais e empresariais colocados em curso⁹.

A fala autorreferencial também pode transmitir arrogância. É o que acontece quando um pesquisador alude, repetidas

9. Byung-Chul Han (2018, p. 81) observou, recentemente, que a palavra “sujeito [...] significa, originalmente, *ser-submetido* [*Unterworfensein*] (*subject to, sujet à*). O camponês se submete ao *nomos da terra*. A ordem terrena produz sujeitos. A ‘submissão’ [*Geworfenheit*], segundo Heidegger, é a constituição fundamental da existência humana. Hoje será necessário se escrever novamente a ontologia existencial de Heidegger, pois se acredita agora não ser um sujeito submetido, mas sim um projeto que projeta e, sim, otimiza a si mesmo”.

vezes, aos percalços que enfrentou durante a pesquisa, centrando-se mais em si mesmo que no trabalho realizado. É muito comum escutarmos alunos e professores se referirem reiteradas vezes ao “seu” projeto, ao “seu” artigo, à “sua” monografia, à “sua” tese, enquanto se dirigem ao público, especializado ou não. É o que também acontece quando um escritor envia uma mensagem para todos os amigos e colegas, atribuindo virtudes ao próprio trabalho ou enumerando as publicações que “já disponibilizou” ao grande público.

Produto da personalidade narcísica¹⁰, a fala autorreferencial é tão redundante quanto exaustiva. O internauta é um dos expoentes da “extimidade”¹¹, como descreve Paula Sibilia (2012, p. 37): “Los usos confesionales de Internet [...] serían manifestaciones renovadas de los viejos géneros autobiográficos. El yo que habla y se muestra incansablemente en la *Web* suele ser triple: es al mismo tiempo autor, narrador y personaje”. Mas não se peça ao ciber-Narciso, virtual ou físico, que preste a devida atenção aos outros. Para ele, a postura mais adequada é referir a si mesmo, enquanto empunha o produto de seu relato, pesquisa ou criação – ainda que seus ouvintes e leitores sejam os primeiros a reconhecê-lo como autor do produto registrado, musicado, filmado e compartilhado.

Afinal, qual a necessidade de reafirmar o que o auditório cativo já sabe? Por que a autoria precisa ser reiterada, perante uma audiência que está lá justamente para ver e ouvir o que mais o palestrante tem a mostrar e dizer? Porque o EU tanto mais vale quanto mais falar de si e soar rentável. E o modo mais concreto de falar sobre si mesmo é atrelar a voz que fala ao título chamativo que comparece à capa do SEU livro, à imagem

10. De acordo com Freud (2017, p. 32), em tal condição, essas pessoas “Claramente buscam a si mesmas como objeto amoroso, evidenciando o tipo de escolha de objeto que chamaremos de *narcísico*”.

11. “[...] este fenómeno tan contemporáneo de exhibición de la intimidad – o la *extimidad*” (SIBILIA, 2012, p. 35 – grifo da autora).

que ilustra o SEU álbum digital, à tela de abertura do SEU canal na rede. A fala autorreferencial alimenta e se retroalimenta das noções de exclusividade e propriedade.

Em outros contextos, a fala autorreferencial também pode traduzir compulsão. É o que acontece, frequentemente, no diálogo entre amigos. Quem está na condição de ouvinte talvez detecte a elevação do tom de voz, o ritmo acelerado do falante e, invariavelmente, o caráter circular do seu discurso. Quando isso ocorre, a maior dificuldade do ouvinte residirá justamente em comunicar ao sujeito que-só-fala-de-si que ele soa repetitivo por estar num processo de *looping*. Ora, supondo que o ouvinte consiga intercalar esse juízo sincero numa das brechas da fala quase ininterrupta, a conversa será encerrada muito mais rapidamente do que começou.

É de se esperar que essa providência seja adotada por quem tinha que se calar para melhor ouvir. Provavelmente, o falante-mor dirá se sentir ofendido, afinal o “papel do amigo” é escutar o que de tão importante ele teria a dizer: “Mas, tudo bem: VOCÊ está com pressa. DEIXEMOS a conversa para outro dia”. A manobra é habilidosa: enquanto vigorava o regime-de-si, o monólogo oscilava em torno de um EU a contar o que LHE disseram ou fizeram, e os estratagemas que ELE encontrou para driblar com SUA maestria os tais contratempos.

No entanto, sempre de acordo com a SUA ótica, se a agradável conversa não terminasse tão abruptamente, por culpa do ouvinte, não faltariam amostras – contadas com riqueza de detalhes – sobre outras máximas que ele teria desferido. Por exemplo, o falante-mor relataria como vencera eficazmente a discussão com seu colega de ofício; ou como contornara habilmente o desentendimento com a esposa; ou mostraria como se saiu vitorioso na agência dos correios, após esbravejar e desqualificar um humilde atendente.

Por outro lado, é a linguagem que organiza, ordena e dá

sentido à experiência: daí o papel fundamental do discurso¹². Ou seja, embora possamos reconhecer o poder terapêutico da fala, há que se observar o elevado custo que o silêncio compulsório pode trazer ao ouvinte. Talvez seja cômodo para o falante compartilhar com uma pessoa de sua confiança (e não com o analista) tudo o que experimentou e sentiu; mas seria desejável que a compulsão pela fala-sobre-si não o impedisse de perceber o desconforto do amigo-que-o-escuta vangloriar-se. A sua cota de fala teria que ser muito menor que o horário de expediente do estabelecimento onde ele e o ouvinte se encontram.

A fala autorreferencial traduz o orgulho de si e o modo utilitário como o falante-mor concebe o outro: o falante autorreferencial se confunde com o herói (ou o mártir) da narrativa que conta e reconta, sem cessar. Acima de tudo, o que falta ao sujeito que empunha e detém a fala é o desejo expresso por Michel Foucault, ao introduzir *A ordem do discurso*: “Plutôt que de prendre la parole, j’aurais voulu être enveloppé par elle” (FOUCAULT, 1971, p. 7)¹³. É importante que a palavra brote espontânea e faça bem a quem fala; mas é tão ou mais fundamental que o ato de discursar sobre si mesmo não impeça ao falante-mor a tomada de consciência sobre o papel e a condição do seu ouvinte – por mais paciente e discreto que este se revele, durante a conversação.

12. “La experiencia vital de cada sujeto es una narración que sólo puede pensarse y estructurarse como tal cuando el lenguaje la diseca y la modela” (SIBILIA, 2012, p. 39).

13. “Em lugar de deter a palavra, eu gostaria de ser envolvido por ela”.

A fala medíocre

A palestra é uma espécie de peneira, por onde a ideia sai com dificuldade, creio que mais fina, mas muito menos sincera.

Ruminando, a ideia fica íntegra e livre
(Machado de Assis, 21 de janeiro de 1889).

Vivemos em um tempo que chamamos de pensamento único, embora pareça que ele se aproxima muito perigosamente de um pensamento zero

(José Saramago, 10 de outubro de 1998).

Para Wanda Antunes

Mediocris Stylus

Estamos habituados a utilizar *medíocre* como uma espécie de xingamento virtuoso: a nosso ver, ele nem revela pedantismo, nem traduz brutalidade. Dizemos: “que sujeito medíocre!”, e de pronto nos sentimos integrados, inseridos na conversação em curso. Afinal, nada rende mais autoridade e altivez aos falantes que discorrer longamente sobre os vícios imputados aos seres ausentes à sessão de que participam.

No entanto, o sentido desse termo era bem outro – pelo menos enquanto vigoraram modos diversos de produzir e consumir palavras, fosse em manuais de retórica, poesia e conversação; fosse nos jornais, fosse em livros, fosse nos recintos favoráveis ao efetivo diálogo. Sabe-se que, entre os Séculos XIII e XVIII, chamava-se *mediocris stylus* o modo de composição (em orações retóricas ou versos) que se situava na justa medida

entre o *gravis* e o *humilis stylus*¹, colhendo algo do estilo elevado e algo do estilo inferior.

Quer dizer, o estilo da escrita (ou da fala) estava previsto nas preceptivas e previa o emprego decoroso de determinado léxico – combinado a fórmulas reconhecidas pelo gosto comum – em harmonia com o tema, o gênero a espécie de texto a que estava reservado. Em 1783, Hugh Blair (2005) se referia ao “Plain Style”, como uma das modalidades do estilo simples. Em 1746, Luís Verney (1991, p. 85) afirmava que o estilo medíocre:

[...] [é] aquele que participa de um e outro estilo. Também este estilo não é pouco dificultoso, porque é necessário conservar uma mediania que não degenera em viciosos extremos, e são poucos aqueles que conhecem as coisas na sua justa proporção, e formam aquela ideia que merecem. Já disse que a matéria é a que determina qual há de ser o estilo; e assim uma matéria medíocre pede um estilo proporcionado.

Discutir as múltiplas formas e temas da conversa medíocre pode soar ameno e fútil; mas talvez redunde em algo produtivo e que nos permita arriscar alguma densidade. De partida, poderíamos lembrar o que os filósofos persistem em nos ensinar pelo menos desde o Século XVIII: o senso comum é o principal oponente do senso crítico². Seu principal representante, dentre os terráqueos, é o adepto da fala medíocre – indivíduo preguiçoso ou apressado que costuma recorrer a um estoque de pseudoargumentos inconsistentes para invalidar a precisão, a robustez e a gravidade do pensamento um pouco mais elabora-

1. É “a *rota Vergilli*, do século XIII, que elenca tópicos da invenção e palavras da elocução de três estilos, humilde, medíocre e sublime, correspondentes às *Bucólicas*, às *Geórgicas* e à *Eneida*” (HANSEN, 2008, p. 28).

2. “O Senso Comum é um juízo sem reflexão, comumente sentido por toda uma ordem, todo um povo, toda uma nação, ou por todo o gênero humano” (VICO Apud ABBAGNANO, 2007, p. 1038)

do, proveniente de seu interlocutor.

Circunscrito a dogmas e restrito ao modo limítrofe de conceber as coisas e pessoas, o sujeito medíocre tem predileção por temas de teor maniqueísta. Ele adora reproduzir frases-feitas e chavões, como se se tratasse de máximas engenhosas de sua lavra: “Comigo é preto no branco”, “Não me venha com ideologia(s)”, “Sou uma pessoa de bem”. Quando lê pouco (e reflete menos ainda) costuma repetir sínteses feitas por terceiros, reiterando como tese inequívoca o pouco que julga saber de orelhada. Millôr Fernandes (2002, p. 359-360) recomendou, zombeteiramente, que:

Se você quer vencer na vida, tome nota. Quando estiver numa reunião e alguma frase brilhante lhe vier à cabeça, substitua-a rapidamente por algumas destas joias da mediocridade ocidental: “Eu adoro vestido transparente: mas não na minha mulher”. “Quem trabalha não tem tempo de ganhar dinheiro”. “Vinho é um gosto que se adquire na infância”. “Reconheço que Bergman é um grande cineasta: mas eu vou ao cinema é para me divertir”. “Quem tem o maior preconceito contra os negros são os próprios negros: assim que podem casam com brancas”. “Acho a *M^{***}* a melhor revista do Brasil”.

A fala medíocre repousa no “ouvi dizer”, embora os tempos de hiperinflação do ego e consumismo – pelo menos desde o início do Século XX – tenham mostrado aos sujeitos que não se pode manter calado, nem admitir ignorância, tampouco demonstrar insegurança. Como sintetizou Guy Debord (1992, p. 22), estaríamos há muito tempo sob o reino das aparências:

La première phase de la domination de l'économie sur la vie sociale avait entraîné dans la définition de toute réalisation humaine une évidente dégradation de l'être en avoir. La phase présente de l'occupation totale de la vie sociale par les résultats accumulés de l'économie conduit à un glissement généralisé de l'avoir au pa-

raître, dont tout “avoir” effectif doit tireer son prestige immédiat et sa fonction dernière.³

Cioso do juízo que farão e receoso da imagem negativa que possam ter dele, o sujeito medíocre discorre sobre quase tudo, ainda que não domine qualquer assunto em pauta. Essa é, por sinal, uma de suas principais características: por ser superficial, fala sobre o que não sabe e tampouco verificou. Decorre daí que o teor e o modo como diz soa essencialmente vulgar, ruidoso e manco. É desnecessário assinalar que o sujeito tosco com que convivemos no mundo neoliberal não chegaria aos pés dos homens vulgares⁴ que circulavam entre os Séculos XVII e XVIII: o estrépito é a condição de existência, nos tipos medíocres deste tempo.

O segundo traço que pauta a sua pobre eloquência é a previsibilidade: alheia a temas de maior importância e gravidade, a fala medíocre se define pelo elevado grau de previsibilidade. O modo de raciocinar é tão evidente que um ouvinte minimamente atento ao teor do que o medíocre diz antevê a cláusula intermediária e o argumento final nos primeiros segundos.

O terceiro fator que demarca essa espécie repousa na teimosa incoerência. O tipo que sopra “Eu não discuto política” e ajuíza que “Política, Time e Religião são questão de gosto” costuma ser o mesmo que elege a corrupção como mal único e exclusivo de certas legendas partidárias. O ser que desvia fundos

3. “A primeira fase de dominação da economia sobre a vida social resultara na definição de toda realização humana uma evidente degradação do ser em ter. A fase presente de ocupação total da vida social pelos resultados acumulados da economia conduz a um deslizamento generalizado do ter ao parecer, de modo que todo ser efetivo deve retirar seu prestígio imediato e sua derradeira função”.

4. Segundo João Adolfo Hansen (1996, p. 79), “[...] a discrição é o diferencial da vulgaridade: no século XVII, é discreto o que não é vulgar. Como o vulgar é definido como o ‘espírito fraco’ levado pelo gosto confuso que se deixa enganar pelas aparências, discreto é aquele capaz de produzir aparências adequadas, porque tem o juízo. Assim, a discrição seiscentista é um saber ou uma técnica da imagem”.

e desacelera o ritmo de trabalho na empresa privada é o mesmo que atribui ineficácia aos servidores do Estado e à instituição pública, agarrado ao rifão “privatiza, que melhora”.

Persona

Algumas criaturas de papel podem nos ajudar a enxergar o fenômeno. Começemos por Freitas, um dos comensais que frequentavam a mesa de Rubião. Reparemos como ele é descrito:

[...] não era só a idade que o ligava mais ao Freitas, era também a índole deste homem. Freitas elogiava tudo, saudava cada prato e cada vinho com uma frase particular, delicada, e saía de lá com as algibeiras cheias de charutos, provando assim que os preferia a quaisquer outros (ASSIS, 2016, p. 123).

Somos apresentados a essa personagem no capítulo XXIX de *Quincas Borba*. Rubião, montado na herança do filósofo Quincas, vê aumentar-lhe o círculo de amigos sem se dar conta de seus interesses espúrios. Sob o olhar aparentemente isento do narrador, nós é que desconfiamos que as relações são postiças e orientadas pela lâmina afiada do pragmatismo. Infelizmente, nada podemos fazer pela criatura, pois não nos foi concedido o poder de nos imiscuirmos à narrativa e alertar o protagonista. Figura curiosa, pois nada tem de heroico.

Mais importante será constatar que várias personagens disputam a primazia da mediocridade no romance. Mediocre é o golpista Cristiano Palha, que que cai nas graças da especulação financeira, recorrendo a vultosos empréstimos (que nunca devolve) a Rubião; mediocre é Freitas, que, sem ter o “que roer”, orça pela idade do anfitrião e, para obter vantagens à mesa, afeta um caráter que não tem. Rubião não é capaz de discernir como seu convidado simula interesse em todas as coisas; mas o leitor percebe o gesto afetado e a fala mediocre de ambos.

Maria Nazaré Lins Soares foi uma das primeiras a perceber que, na galeria machadiana, a linguagem enfática visava a compensar a eloquência manca, a falta de conhecimento e a vida desimportante dessas personagens:

Instrumento de comunicação entre os membros de uma comunidade, a língua, ao mesmo tempo que serve de expressão para os poemas mais originais e as ideias mais profundas, existe eivada de clichês, cujo uso dispensa o exercício da reflexão e simplifica pelo empobrecimento a tarefa da troca de ideias em sociedade (SOARES, 1968, p. 22).

Agora, detenhamo-nos, por alguns instantes em José, o modesto funcionário da Conservatória Geral, pintado com maestria em *Todos os Nomes*:

Como hipotético autor do desvio dos impressos, não havia motivo para que se suspeitasse mais dele do que de qualquer outro dos seus colegas de categoria, uma vez que só eles, os auxiliares de escrita, preenchiam os verbetes e as capas de processo, mas os frágeis nervos do Sr. José fizeram-no temer todo o dia que os estremecimentos da sua consciência culpada pudessem ser percebidos e registados do lado de fora (SARAMAGO, 2003, p. 33).

Certa manhã, José é surpreendido com a decisão, tomada após longa deliberação, de que o armário onde ficavam os impressos seria trancado à chave, de maneira a evitar o acesso aos funcionários de menor escalão. A energia investida por chefe e subchefe, no vai-e-vem dessa resolução interna, confirma a tacanhice que impera no setor: “O conservador escreveu Cumpra-se, o subchefe foi fechar o armário ostensivamente para que toda a gente se apercebesse da mudança, e o Sr. José, depois do primeiro susto, suspirou de alívio por ter tido tempo de terminar a parte mais importante da sua coleção” (Idem, Ibidem, p. 33).

Como se vê, há um fator que diferencia o auxiliar da escrita em relação a Rubião, Freitas e Palha: o furto dos impressos da Conservatória serve a um propósito que nada tem de lucrativo, afora o fato de completar o seu arquivo particular. A relativa ousadia desse funcionário consiste em pesquisar o paradeiro de uma jovem, cujos documentos estão sob a guarda da Conservatória.

Absolutamente empenhado em descortinar a vida daquela mulher de “trinta e seis anos”, o auxiliar de escrita empreende uma verdadeira caçada em torno de documentos que lhe permitam conhecer melhor a pessoa, então reduzida a uma pasta recheada de papéis. Portanto, ele não age de modo pragmático ou interesseiro, como Palha e Freitas, nem tão descuidado, como Rubião: seu interesse é em descobrir o paradeiro de alguém a que só tem acesso por intermédio de documentos.

Embora o Sr. José seja tão medíocre quanto aquelas personagens criadas por Machado, a sua motivação é bem outra: a vantagem que visa a obter não implicará melhor salário, bens materiais ou melhores condições de moradia. O que ele procura é um sentido para a sua mirrada existência, se possível, em companhia da mulher que deu nova motivação à sua vida. Substancialmente, ele demanda o nome e a voz de uma interlocutora capaz de contornar as contingências impostas pelos parcos rendimentos e a dura hierarquia impingida com rigor por seus imediatos.

O enredo de *Todos os Nomes* não será desconhecido para o leitor que já vivenciou subsistir como assalariado. O argumento que estrutura o romance não se restringe a uma conservatória plantada em Portugal. José Saramago estava a tratar de um tema universal, pautado pelas relações humanas assimétricas, em que a busca pela correspondência dos afetos se revela um poderoso antídoto contra as microformas do poder.

Todos os Nomes nos ajuda a refletir sobre situações do cotidiano. Em nosso país, a segunda metade do Século XX viu florescer e se sedimentar a tópica discursiva que confunde especialização com aprimoramento da técnica; eficácia com sabedoria; minudência com precisão. Muitos de nós terá lidado com chefes e subchefes tão grandiloquentes quanto minúsculos. Há quase trinta anos, Marilena Chaui (2014, p. 117) conferia três atributos à “ideologia e mito da competência”, reinantes por aqui:

(1) Aceitação da divisão do conhecimento em especialidades cada vez mais fragmentadas ditadas não por necessidades internas aos próprios conhecimentos (que se enriquecem e se complicam internamente), mas por imperativos administrativos, burocráticos e mercantis, que nada têm a ver com o próprio saber; (2) transformação das especialidades (administrativamente concebidas) em propriedade de especialistas e em direito à autoridade ou ao poder de decisão e de controle sobre ações, pensamentos e sentimentos dos não especialistas, isto é, conversão do conhecimento em exercício de poderio; (3) uso desse poderio para um verdadeiro processo de intimidação social e política no qual os que não possuem o suposto saber dos “competentes” são transformados em incompetentes para agir, pensar e sentir por conta própria, precisando da aprovação e do consentimento dos guias especializados de plantão.

Dentro e fora da ficção, o discurso da competência agrada aos mediócrs porque superestima o universo administrativo e heroiciza as faculdades tecnocráticas. Ele sobrepõe o procedimento técnico à qualidade do produto; submete o estudante e o professor ao saber pequeno (mas exclusivo) de supervisores e superintendentes; cataloga o pensamento autônomo como desvio ao modo padrão de comportamento, sugerindo que a hete-

rodoxia compromete a ordem das coisas e implica em constante manutenção do que (já) funciona(va) bem e melhor.

A fala medíocre pressupõe que os pensadores de outros tempos estão ultrapassados, embora nunca tenham folheado uma página de Aristóteles ou Sêneca. Ignorando o que desprezam, esse tipo de falante é tão arrogante que se coloca como senhor do presente e não reconhece seu interlocutor como pessoa do mesmo tempo em que vive. Como percebeu María Inés Mudrovic (2018, p. 10), trata-se de um modo autoritário de conceber a si mesmo e o outro, com vistas à interdição da diferença.

Las políticas del tiempo cualifican al pasado, al presente y al futuro. Un tiempo cronológico, meramente cuantitativo, que se constituya en parámetro desinteresado y objetivo de las actividades humanas es impensable y, aun cuando lo fuese, sería resultado de lo que aquí denomino “políticas del tiempo”. El término “política” no debe ser entendido como sinónimo de ideología o de valores políticos, sino como una forma de autoridad que, en el caso específico del tiempo, determina qué o quiénes pertenecen al presente, quienes son mis contemporáneos. Las políticas del tiempo consisten en un conjunto de operaciones que, a la vez que sancionan lo que es propio o característico del presente, construyen un “otro” excluyéndolo diacrónica o sincrónicamente de ese presente, el otro es anacrónico. El otro no es mi contemporáneo.

Talvez isso explique a predileção da fala medíocre por panaceias, imobilizadas no eterno presente: “Para tudo há solução”, retumba o lídimo usuário. E como ele está sobremodo atento ao menor sinal de adversidade capaz de perturbar o microsistema que rege, deflete em milissegundos o colega-cliente que exercita a crítica: “Você só vê as coisas pelo lado negativo”, explicando-o rasteiramente: “Está vendo? É por isso que a sua vida não anda” e a variante “Não é assim que as coisas funcionam”.

A palavra “funcional” é um dos pilares da fala medíocre. Como tal, ela se faz obrigatória nos manuais de autoajuda, compulsória em discursos, ditos motivacionais, dos *coachs* e recorrente em “missão, valores e objetivos” alardeados pela empresa. O fato de a palavra *funcionário* ter se convertido em *colaborador* não é gratuito: visa a substituir a concreta “exploração patronal” pela abstrata ideia de “projeto em equipe”.

Evidentemente, essa modalidade não se restringe ao ambiente laboral, ao comércio de bairro, à sala de espera, à conversa de elevador, ao comentário feito no boteco. Em nosso país, o que menos falta são seres que, na falta de qualquer predicado, fingem se orgulhar de sua ignorância como escudo contra o desconhecimento generalizado, a inutilidade completa e a incompetência falastrona. Por incrível que possa parecer a algum habitante provindo de outra galáxia, muitos verão no discurso do medíocre confesso a virtude da transparência, da coragem e da honestidade.

Isso nos obriga repensar o que ficou dito.

Mediocridade é um demiurgo de múltiplas faces que não se contagia apenas um tipo de gente. Será imprudente supor que a fala medíocre tenha apenas uma camada; pelo contrário, é preciso reconhecer que existam vários (des)níveis de mediocridade, a depender do parâmetro utilizado na comparação entre seus adeptos. Primeiro exemplo. Um professor pode descrever a si mesmo como um intelectual medíocre, quando se compara com seus antigos mestres; mas pode se arrogar maior inteligência, ao examinar incertos histriões que ocupam cargos no Executivo. Segundo exemplo. Um aluno pode se considerar genial em relação a seus colegas de sala, mas limitado, quando se compara com um pensador de sua preferência.

De modo análogo, um condômino pode se julgar sábio por ter colocado um gestor incompetente na posição de síndico, mas se sentir redondamente estúpido por ter alçado um faci-

nora ao poder máximo de uma republiqueta, apercebendo-se, ademais, que o direito ao voto é incompatível com tirania do Presidente. Talvez não possamos assegurar se esse eleitor era ou continua a ser medíocre, pois não o conhecemos bem. Não sabemos o que estudou; desconhecemos sua trajetória; não somos capazes de decifrar a razão de suas escolhas equivocadas.

Nesse caso, e em tantos outros, corremos o risco de supor que a mediocridade se vincula ao erro (do outro), o que pode nos levar à conclusão precipitada de que sejamos naturalmente melhores e superiores ao morador do apartamento vizinho. Como nos diferenciar dele, sem reproduzirmos a arrogância de quem se arroga maior juízo, prudência e discernimento?

Ego

Obviamente, a fala medíocre que grassa em nossos dias não tem qualquer respaldo na filosofia. Quando muito, ela se escora em manuais que deturpam valores, estimulam preconceitos e incentivam o caos, assinados por ideólogos que receitam o egoísmo como princípio, a virulência como método e o ultraliberalismo como objetivo. O seu discurso é, invariavelmente intimidatório⁵. Portanto, a mediocridade contemporânea não se confunde com o meio-termo preceituado por Aristóteles, no segundo livro da *Ética a Nicômaco*, ao distinguir as virtudes intelectuais (que podem ser aprimoradas) e morais.

A mediocridade contemporânea tampouco diz respeito ao que Sêneca preconizava como receita para uma vida feliz – em que contrapunha a solidez das virtudes humanas aos lances de sorte ou azar, de caráter eminentemente transitório⁶. Cleber

5. “[...] podemos temer a indigência, ou as doenças, ou as violências perpetradas pelos poderosos. De todo eles nada nos abala mais do que os males ocasionados pela prepotência alheia, já que ocorrem acompanhados de imenso estrépito e agitação” (SÊNECA, 2018, p. 45).

6. “Tudo quanto cai sob o domínio do acaso – dinheiro, corpo, honras – merece

Vinicius do Amaral Felipe (2012, p. 153) observou bem que:

O bom uso da razão, a adequação à justa medida, a sabedoria que proporciona um escudo contra os ataques da fortuna e a crítica direcionada àqueles que idolatram os bens efêmeros e transitórios são elementos comuns ao estoicismo de Sêneca.

Mas, tornemos ao particular. Permitam-me fazer dois relatos.

No primeiro ano do Colegial (hoje, chamado Ensino Médio), Wanda Antunes me ensinou a apreciar filosofia: foi sob sua batuta que lemos e discutimos *1984*, de George Orwell, e *A Peste*, de Albert Camus. Mas ela também me mostrou duas coisas, uma pela atitude; outra por conta do que escreveu na prova do quarto bimestre. A atitude: Wanda Antunes dispunha os alunos em círculo e, a despeito das roupas de grife que vestia, sentava-se no chão e ali mesmo rodopiava para nos escurtar com maior rapidez. O registro na prova: “não leve a vida tão a sério”. Durante o primeiro ano da Graduação em Letras, Joaquim Alves de Aguiar nos ensinou, dentre muitas coisas, que “poesia não é desabafo”.

Duas falas, separadas por oito anos, que permitiriam tirar algumas lições. Para não soar pretensioso, fiquemos apenas com uma delas. O que a Professora Wanda e o Professor Joaquim demonstraram é que não devemos nos levar muito em conta: matéria que relembra ao pretensioso aluno a imprudência de se equiparar a verdadeiros filósofos ou a grandes poetas. Decerto, a imaturidade pode nos eximir de certas falhas de percepção. Quando é o caso, espera-se que a mediocridade seja um fator transitório, e não uma condição ou um modo de ser.

tratamento de escravo, tudo são bens efêmeros, transitórios, perecíveis, a sua posse é incerta; pelo contrário, as obras da virtude são livres e indestrutíveis, nem mais desejáveis se formos bem tratados pela fortuna, nem menos se sujeitos a quaisquer dificuldades materiais (SÊNECA, 2004, p. 243)”.

Esse excursus pode soar como afetação de modéstia; e pode até ser que o seja. Mas o propósito é outro: sugerir que a mediocridade (des)orienta e se traduz em certos modos de pensar, agir e dizer. Nesse sentido, o problema maior não reside em atos vulgares avulsos e isolados, mas na concepção rasa e rasteira que o sujeito medíocre (ou abaixo da média que conhecemos) faz do mundo. Substancialmente, a fala medíocre se nutre de autoritarismo, narcisismo e autorreferência. Embora não se pautem em argumentos consistentes, essa modalidade é muito cara aos cínicos de nosso tempo, que em sua verborragia truculenta e monodimensional, empenham-se em afetar conhecimento e escamotear os vazios da própria existência.

A fala especializada

(NA UNIVERSIDADE)

Existe a estrutura técnico-burocrática que é sempre um fator de conformismo. Existe a estrutura industrial que é sempre um fator de padronização (Edgar Morin).¹

[...] “tecnocracia, isto é, aquela prática que julga ser possível dirigir a universidade segundo as mesmas normas e os mesmos critérios com que se administra uma montadora de automóveis ou uma rede de supermercados” (Marilena Chaui).²

A contradição embutida no título deste breve ensaio não é mera provocação. Ela aponta para um dos principais dilemas enfrentados pelo professor universitário – um profissional que se habituou a falar de poucas coisas, a despeito de acumular muitas ideias e dispor de outras potencialidades, para além de sua especialidade e grupos de atuação.

Desde que as instituições de ensino (dito) superior passaram a ser geridas segundo a avaliação e recompensa das agências de fomento, empresas, fundações, entidades e congêneres, a pesquisa científica e as discussões em torno dos saberes cedem lugar à lógica do “produtivismo acadêmico”: expressão que assinala um paradoxo conceitual e cujo pressuposto está no nivelamento de quase todos – submetidos a abordagens quantitativas, teoricamente respaldadas por índices que refletiriam o nível, o desempenho, a competência dos avaliados. O mo-

1. *Cultura de massas no século XX – o espírito do tempo: neurose*, 1977, p. 48.

2. *Contra a Universidade Operacional* (CHAUÍ, 2014a, p. 1).

delo se prolonga há décadas e foi gradualmente transferido da escola para a universidade, em um fenômeno não exclusivo do Brasil³. Ele evidencia uma concepção de cunho francamente economicista – em vigor em nossos estabelecimentos de ensino pelo menos desde a década de 1960 –, que consiste na manutenção de programas na Educação, frutos de acordos do Brasil, especialmente com os Estados Unidos, a exemplo da controversa parceria MEC-USAID.⁴

Em relevante estudo sobre as sensíveis mudanças transcorridas na Educação brasileira durante aquele período, o sociólogo Evaldo Vieira recorda os seguintes dados:

No ano de 1966, o Decreto-Lei n. 53 introduzia no ensino superior alguns princípios da administração empresarial, concentrando em um só órgão as deliberações para supervisionar ensino e pesquisa. O ensino superior, em 1967, passou a ser organizado a partir dos departamentos, que centralizavam o ensino e a pesquisa de uma mesma área. Assim, o Decreto-Lei n. 252 racionalizava os recursos e também atacava a representação estudantil, delimitando-a ao âmbito de cada Universidade. [...] A Lei n. 5540, de 1968, e o Decreto-Lei n. 464, de 1969, promoveram a denominada Reforma Universitária, especificando os preceitos relacionados com a organização, a administração e os cursos (na graduação, compostos de ciclo básico e de ciclo profissional). A Reforma no Ensino de 1o e 2o Graus baseou-se na Lei n. 5692, de 1971, cujo objetivo geral levava à “qualificação para o trabalho” e ao “preparo para o exercício consciente da cidadania” (VIEIRA, 1995, p. 214).

3. “A escola é assim submetida a uma dupla instância: por um lado, difundir a cultura desinteressada, que forma e nutre a inteligência e a pessoa; por outro, criar perfis profissionais. São duas instâncias conflitantes entre si que alimentam os debates em torno da identidade da escola secundária em quase todos os países” (CAMBI, 1999, p. 627).

4. “[...] com os acordos MEC-USAID, 5 especialistas brasileiros e 5 especialistas norte-americanos geraram uma organização educacional, baseada em fundações, a fim de substituírem as Universidades sustentadas por fundos públicos. Em particular, no ensino superior aplicou-se a ideologia do ‘progresso empresarial’.” (VIEIRA, 1995, p. 216).

Sob a égide de um racionalismo estreito, a partir da década de 1970 as instituições passaram a observar com maior severidade a fórmula custo/benefício, em nome de uma suposta manutenção das vagas de ensino, da remuneração dos servidores (docentes e não-docentes) e dos gastos de natureza operacional ou administrativa. Curiosamente, o que mais se ouve de alguns colegas de profissão e pesquisa é que discutir tais assuntos – ainda que estejam evidentemente ligados à universidade e aos percalços que atingem a carreira docente – é questão para outros fóruns: de preferência aqueles aos quais eles sequer comparecem.

Como se sabe, o processo articula diversos setores da sociedade e se aprimora há décadas; mas seus efeitos são naturalizados por um punhado de frases feitas (“a vida é assim”; “a Universidade é assim”; “nossa carreira é assim”) apesar de seus efeitos nefastos. Há quinze anos, Miriam Limoeiro já alertava para o fato de que a “lógica mercantil” esteriliza “o campo da cultura naquilo que lhe é essencial e que por isso mesmo não é mercantilizável: seu potencial crítico criador e contestador. Uma reforma de tal dimensão reorganiza também o sistema educativo, especialmente a Universidade” (LIMOEIRO, 2001, p. 39).

Um traço perverso, usual nos projetos mirabolantes de Ensino, é que a qualidade do setor tende a diminuir, mesmo porque ela (a qualidade) jamais esteve no cerne do debate e passa ao largo dos propósitos em discussão. Como Marilena Chaui constatou, “A racionalidade administrativa consiste em sustentar que não é necessário discutir os fins de uma ação ou de uma prática, e sim estabelecer meios eficazes para a obtenção de um objetivo determinado” (CHAUÍ, 2014, p. 55). Dessa forma, ao sugerir o conceito de “universidade operacional” a pensadora atinge o fulcro da questão, pois envolve a transformação da instituição de ensino em uma organização: “uma entidade isolada cujo sucesso e cuja eficácia se medem em termos de gestão de recursos e estratégias de desempenho e

cuja articulação com as demais se dá por meio da competição”⁵ (CHAUÍ, 2014a, p. 2).

No âmbito universitário, evidentemente há atividades que diferem daquelas praticadas na Escola. Como ministra menor número de horas-aula, o professor/pesquisador reserva maior tempo para as tarefas de cientista, orientador, divulgador e administrador. No mundo acadêmico de hoje, a chave é ser ou mostrar-se produtivo, ainda que a avaliação empregue critérios inapropriados ou impertinentes, frente às atividades que ele realizou ou “desempenhou”, como preferem alguns. Há perguntas óbvias que costumam ficar sem resposta. Um concerto equivale a uma palestra? Diagnosticar o perfil psicológico de um paciente vale o mesmo que identificar um novo inseto? Traduzir uma obra da Antiguidade é menos relevante que apri-morar um tradicional procedimento cirúrgico?

Em nome de uma pretensa objetividade, aferida conforme a implacável ordem dos números, o julgamento desse profissional multitarefas condiciona-se ao seu “mérito”: termo capcioso e nem sempre compreendido como apreciação de suas qualidades pessoais – o que já seria questionável, se submetido ao subjetivismo dos avaliadores –, mas sim como um mero item do *check list* outorbado pelos *experts* em fiscalização institucional. Não se discutem outras maneiras de acolher o docente e o aluno; tampouco em como estimular o exercício da “investigação” – palavra-chave da tarefa científica.⁶ É justamente na

5. O produtivismo, como valor, envolve questões éticas. Em oportuno artigo publicado na *Revista Adusp*, em março de 2014, o jornalista Guilherme Jeronymo observa que a produção acadêmica em larga escala compromete tanto a Universidade brasileira quanto a estrangeira: “Cá e lá, a produção de *papers* em escala industrial leva a denúncias de plágio, má conduta, falseamento de resultados de pesquisa” (GERONYMO, 2014, p. 62).

6. Alguns efeitos perniciosos talvez estejam mais evidentes hoje, mas a discussão é antiga. No final dos anos de 1920, Martin Heidegger defendia a peculiaridade da Ciência. Sem desprezar a colaboração das técnicas modernas, relativizava a hipótese de que ela se revestisse de um caráter meramente utilitário:

tentativa de superar os impasses que o cientista se move, e não na busca pela perenidade dos conceitos – ou, pior, na mera reprodução de ideias e métodos alheios, sem rigoroso exame.

A despeito disso, condicionado que ele está aos paradigmas da contenção, o ato de fazer ciência converteu-se em uma atividade-meio, sob o olhar atento dos setores públicos e privados, que privilegiam o emprego de tecnologia de ponta e visam à contínua inovação, como signos do progresso. Sob essa perspectiva, talvez fosse útil averiguar o que motiva um pesquisador a dizer mais do mesmo, de formas similares. Sede de renome? Rentabilidade de sua pesquisa? Internalização da ideia vertical de progresso? Para quem? Como Herbert Marcuse distinguia, em 1968, “[ao] conceito quantitativo de progresso podemos chamar de progresso técnico e podemos opor-lhe o conceito qualitativo de progresso [...], que podemos chamar *humanitário*” (MARCUSE, 2001, p. 100 – grifo do autor).

No mesmo ano, em artigo dedicado ao próprio Marcuse, Jürgen Habermas observava que: “Desde o final do século XIX, impõe-se de modo cada vez mais intenso uma nova tendência de desenvolvimento que caracteriza o capitalismo tardio: a cientificização da técnica. Ao longo de todo capitalismo sempre existiu a pressão institucional à elevação da produtividade do trabalho por meio da introdução de novas técnicas” (HABERMAS, 2014, p. 107). O que se percebe na universidade brasileira, especialmente a partir da década de 1980, é que ela percorre caminho similar àquele descrito por Habermas, marcado pelos violentos sulcos da sanha produtivista.

A diferença fundamental, em nosso caso, está nas premissas. Assistimos, hoje, à crescente tecnicização/tecnologização da ciência⁷, e não o seu contrário: “Está em curso entre nós

“resta questionar se o caráter verdadeiramente prático da ciência consiste na possibilidade de usufruí-la” (HEIDDEGER, 2009, p. 35).

7. “A transformação da técnica em tecnologia e a absorção das ciências pelas

uma reforma da Universidade que é parte da grande reorganização da vida mundial sob a mundialização do capital. É significativo que ela esteja sendo definida a partir do Banco Mundial e não de alguma agência internacional de educação ou de cultura” (LIMOEIRO, 2001, p. 41). No âmbito interno, a lógica da recompensa permeia as relações de trabalho. O conteúdo da pesquisa e o método de investigação submetem-se à ordem contábil – que é tecnicista e unilateral, por definição. A pertinência, o ritmo e o rigor da investigação submetem-se à concepção binária e imediatista do mercado, cujos defensores ou representantes degustam o palavreado utilitário, restrito ao mundo empresarial: “produto da pesquisa”, “capital humano”, “resultados esperados”, “cenário econômico”, “vivência na prática” etc., etc. A esse respeito, o alerta de Gilberto Dupas é sobremodo importante:

Diferentemente de produtos, às ideias não se aplica o mesmo conceito de obsolescência. Infelizmente, o processo de ensino contemporâneo adota cada vez mais o conceito de que a imediata utilidade é algo que contribui à formação da personalidade. Negt mostra o perigo da aplicação de categorias empresariais aos processos de formação nas universidades – onde o aprendizado deve necessariamente permitir resultados duradouros – que ferem de morte a lógica essencial dos ritmos lentos da verdadeira aprendizagem. Estudantes não são clientes; professores universitários não são vendedores de empresas farmacêuticas (DUPAS, 2006, p. 126).

Como o “produtivismo” atrela-se à lógica da recompensa, a ele se emprestam critérios questionáveis para avaliar trabalhos agrupados em grandes *áreas* do saber, *áreas* de concentração, *linhas* de pesquisa e *subáreas* do conhecimento. Uma das consequências está no nivelamento forçado de instituições que

tecnologias levou ao que hoje chamamos de *tecnociência*” (CHAUI, 2014, p. 56 – *grifo* da autora).

oferecem formações de variado escopo, voltadas a indivíduos de perfis e anseios diferentes. No entanto, em lugar de reconhecer a óbvia amplitude e diversidade dos conhecimentos, bem como de seus diferentes métodos e variadas finalidades, irradia-se a subserviência a um padrão tido como ideal.

Em detrimento da universalidade do pensar e do agir, estimula-se a *standardização* (MORIN, 1977). O que pesquisar? Para que(m) produzir? Como captar recursos da iniciativa privada? Como tornar a pesquisa algo mais imediato, fluido, rentável? De certo modo, aplica-se à Universidade o procedimento ensaiado nas etapas anteriores da escolarização:

Se, outrora, a escola foi o lugar privilegiado para a reprodução da estrutura de classes, das relações de poder e da ideologia dominante, e se, na concepção liberal, a escola superior se distinguia das demais por ser um bem cultural das elites dirigentes, hoje, com a reforma do ensino, a educação é encarada como adestramento de mão-de-obra para o mercado. Concebida como capital, é um investimento e, portanto, deve gerar lucro social (CHAUÍ, 2001, p. 52).

É claro que as pessoas têm o direito de acatar um modelo eminentemente pragmático, em benefício do que pesquisam, tendo em vista aumentar a sua remuneração. O problema reside na indistinção entre a qualidade do trabalho e os modos de progredir na carreira. Algo comum ao espírito tecnocrata, como Henri Lefebvre assinalava na década de 1960: “utilizando esta ilusória imagem moderna, alguns grupos animados por uma ideologia – a ideologia da racionalidade tecnicista – assumem uma influência e mesmo tentam chegar ao poder político de decisão” (LEFEBVRE, 1969, p. 15).

Ora, qual o lugar reservado à diversidade (quanto a matérias, procedimentos e objetivos) em um coletivo que tende a padronizar sua atuação e fragmentar o saber em partículas

desconexas? Não é demasiado supor que determinadas mudanças transcorridas no âmbito social correspondam àquelas sentidas no meio acadêmico. Sob esse aspecto, a desejável universalidade do conhecimento tem sido afetada pela crescente compartimentalização do saber, nas mãos de doutos especialistas dentro e fora da sala de aula, como observa João Adolfo Hansen (2015, s/p):

Na literatura brasileira, os estudos de colônia foram transformados em disciplina optativa do último ano. Há um consenso em toda universidade de que esses assuntos devem ser excluídos da graduação. Caso alguém queira estudá-los, talvez eles sejam objeto de especialização numa pós-graduação. Em 90% dos casos, a concentração é no século XX. Até o XIX está virando coisa de especialista. A academia se redefiniu em função desses programas de financiamento, dessas agências, e em função de trabalhar com coisas que tenham qualquer apelo comercial, no caso da literatura.

Salvo dignas exceções, o especialista é fruto direto – seria melhor defini-lo como vítima – de uma concepção tecnocrática, quase sempre respaldada pela meritocracia. Analogamente ao modo como os sujeitos são julgados pelo não pelo que são, mas pelo que têm ou aparentam, o acadêmico é sumariamente avaliado, a qualquer instante, de variadas formas e por todos os lados. A preocupação com a maneira como os outros enxergam o que ele faz é constante. Instaura-se o regime do cerceamento em nome do “escopo”, do “foco”, dos “prazos”, da rentabilidade. Há que ser “resiliente” e “vestir a camisa” da universidade empresarial. Não por acaso, a concepção de “futuro” adquire maior privilégio, em detrimento das investigações que se ocupam do “passado”.

Há algumas décadas, acreditava-se que a universidade era um dos fóruns mais adequados para a constante rediscussão em torno do Ensino. Sendo ela uma “instituição capaz de pro-

duzir um estilo diferenciado de reflexão, concorre para formar um estilo realmente universal e aberto da cultura (vocação originária da própria Universidade), e poderá tornar-se uma das mais eficientes contrapartidas à cultura tecnocrática em nossos dias” (MENDES, 1983, p. 114). Claro esteja: o quadro mudou bastante nos últimos trinta anos e os papéis se inverteram. Não é mais a qualidade da aula ou aquilo que o pesquisador produz que está em jogo, mas sim a capacidade de ele multiplicar um mesmo projeto em várias partes, de preferência, rentáveis, mercantilizáveis.

Em lugar de desenvolver um trabalho que evidencie a continuidade e a complementaridade de suas seções, enaltece-se a dispersão de fragmentos como se fossem unidades arejadas do conhecimento. A avaliação do professor/pesquisador relaciona-se à quantificação de seu trabalho, ou seja, a representação numérica do que ele venha a pensar, produzir e disseminar perante a comunidade acadêmica e os porta-vozes da iniciativa privada. Não se trata de considerar o que ele faz como um conjunto coeso e coerente, mas de contabilizar as viagens realizadas, os eventos de que participa, os prefácios encomendados, os capítulos ou artigos-mercadoria⁸ que escreve, as bancas (amigas ou não) de que participa.

Decorre daí a frequente comparação de currículos entre os pares, a alternar sentimentos difusos de admiração e inveja uns pelos outros. Atitudes mesquinhas como essa respingam no trato dos setores administrativos com o docente. Lá está o “quadro de servidores” gerido e monitorado pelo Departamento de Recursos Humanos, a monitorar a participação do

8. [...] um artigo pode assumir determinados traços como se fossem mercadorias que estarão disponibilizadas em revistas científicas. Estas, por sua vez, são seletivas em sua capacidade de recusar determinados itens e selecionar outros sob critérios acadêmicos de controle de qualidade, aplicados por revisores também selecionados dentre autores consagrados no campo (CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007, p. 3044-3045).

professor em colegiados e atestar sua submissão às regras e regimentos das comissões centrais constituídas por severos juízes – meritocratas para os quais foi delegado o poder supremo de condenar ou absolver os profissionais de áreas as mais diversas sob a ótica dos números.

Na Universidade de hoje, mais é melhor. Para além das estatísticas, é por meio da linguagem rito-autoritária⁹ que tecnocratas do baixo e do alto escalão supõem abrandar a violência embutida nas sanções e vetos, sob critérios pouco claros e parciais. Expressões como “capital humano”¹⁰, “pesquisador produtivo”, “grande especialista”, “bolsista-Agência”¹¹ são naturalizadas com a colaboração de uma grande parcela do próprio corpo docente, mas também uma parcela de alunos e funcionários sérios e empenhados.

Um sintoma disso está no fato de haver menor quantidade de termos a traduzir o sentido oposto, no vocabulário tecnocrático. Pesquisadores “generalistas” costumam ser considerados sujeitos sem consistência (“digressivos, superficiais”, “sem

9. “A linguagem rito-autoritária se dissemina pelo mundo contemporâneo [...] não apenas reflete esses controles, mas torna-se, ela própria, um instrumento de controle até mesmo onde não transmite ordens, mas informação; onde não exige obediência, mas escolha, onde não exige submissão, mas liberdade” (MARCUSE, 1973, p. 107).

10. “A teoria do ‘capital humano’ foi importada dos Estados Unidos como ‘diretriz de política social para países em desenvolvimento’. Conheceu grande difusão aqui justamente ao longo da década de 60. [...] as soluções apresentadas nesses programas envolviam, em primeiro lugar, os aspectos quantitativos do sistema escolar, buscando obter mais rentabilidade com maior economia de recursos; e, em segundo lugar, os aspectos qualitativos, promovendo treinamento de pessoal, uso de aparelhagem e reorganização curricular para formar pessoal para empresas em expansão” (HILSDORF, 2003, p. 123-124).

11. A despersonalização do pesquisador mostra-se, inclusive, na forma como se passou a identificá-lo. De “bolsista *da* agência X”, passou-se a denominá-lo como “bolsista-agência X”, com a supressão da conjunção (*da*). O investigador vale não pelo que é ou faz, mas pelo fato de a agência atrelar-se, ou não, ao seu nome. A entidade é a instância máxima capaz de abalizar o trabalho do indivíduo, aquele ser que alterna seus dias entre produzir conhecimentos questionáveis (até para ele mesmo) e prestar contas dos benefícios que recebeu.

foco”) e rebaixados no trato profissional (“aqueles que sabem nada de tudo”). O que despertaria o efetivo interesse do investigador não cabe na conta feita pelos especialistas, que vivem a escalonar, atribuir notas e emitir pareceres em forma de sentença, por vezes sem conhecimento sobre os assuntos abordados. O indivíduo vale o quanto produz.

Dentre os alunos, o procedimento parece estar internalizado. Muitos dentre eles aprendem, desde o primeiro semestre da graduação, que estudar não é preciso; produzir é preciso, preferencialmente a favor de uma “tendência em alta”. É preferível dissecar temas em maior evidência (*cases* de sucesso, inovações tecnológicas, microavancos da genética, aplicação irrefletida de fórmulas, ênfase em determinado período histórico, restrição à única obra de um filósofo, cientista ou escritor etc). Para isso, os estudantes são estimulados com a possibilidade de remuneração, não exclusivamente sob a forma das bolsas. Em 2007, dois pesquisadores questionavam esse andamento de coisas na área da Saúde Pública:

Há termos críticos, até jocosos, que designam esta ordem de questões éticas diante do fenômeno de proliferação na literatura científica. Alguns mais conhecidos, como “ciência-salame”: uma pesquisa é fatiada em unidades menores publicáveis para se tornarem vários artigos distribuídos em diferentes revistas. Outros menos comuns como “publicacionismo” e “produtivite” começam a ser utilizados para designar tal quadro (CASTIEL; SANZ-VALERO, 2007, p. 3042).

Em nome do que compensa e recompensa, é comum lidar com imaturos pesquisadores em que desponta a malícia de não estudar o que mais lhe apetece, mas o que seja mais “exequível” e, portanto, mais rentável. Numa entrevista publicada em janeiro de 2015, Hansen comentou o que sucedia com os estudos nas chamadas Letras Coloniais:

Vieira é ibero-português, está no “Brasil”, mas não é Brasil ainda. Gregório de Matos também não. Nessa lógica, só interessam autores que falaram do Brasil como nação. Existe uma ideologia nacionalista no currículo. Os alunos estudam um currículo implícito: tem informação histórica, mas ela já vem com uma concepção de história, do que deva ser a história, que a priori exclui esses objetos por terem sido portugueses, espanhóis ou ingleses em processos de colonização. O aluno, quando entra na graduação, já sabe que existem no mercado alguns objetos que rendem um capital simbólico maior do que outros (HANSEN, 2015, s/p.).

Como tentativa de se adequar às regras vigentes, o professor/pesquisador/gestor/captador reaprende que ensinar não é preciso; formar discípulos é preciso. Especialmente quando se está envolvido em disciplinas e atividades da graduação. Em sala de aula, sua principal moeda de troca, na ambígua relação com os alunos, repousa na quantidade de créditos concedidos, e não na possibilidade de levar o estudante a tomar contato com outros temas, métodos e visões do conhecimento.

Difícilmente veremos um discípulo assumir tarefas de maior fôlego, sem contar com a recompensa na forma da nota ou do subsídio financeiro. A princípio, não haveria demérito nisso: afinal, a pesquisa resulta de um trabalho e, como tal, o pesquisador precisa receber seus créditos e/ou ser remunerado, conforme o caso. Entretanto, ao se concentrar no que porventura renda mais, sua atuação perde em espontaneidade e afinidade o que (talvez) ganhe em frieza e estratégia. Disso resultam trabalhos cada vez mais picotados, superficiais e de alcance restrito. É comum depararmos com assertivas de cunho utilitário: “escolhi este orientador porque ele é bem-visto pela agência de fomento”; “selecionei este tema de pesquisa porque ele confere maiores chances de obter uma bolsa-sanduíche” etc. Em nossos dias, a antiga lição de Umberto Eco¹², que

12. “O importante é fazer as coisas com gosto. E se tiverem escolhido um tema

recomendava pesquisar objetos de efetivo interesse, soa como arroubo de gente idealista e sonhadora que não aceita o mundo em que (sobre)vive.

O problema não se restringe à mediação do conhecimento. Também implica resignar-se frente aos desígnios de uma concepção mercadológica em que se nota a “tendência das universidades a interiorizar as regras fixadas pelas agências, não distinguindo entre os critérios de financiamento (que dependem da lógica própria às agências) e os critérios das pesquisas (que dependem da lógica própria do trabalho intelectual)” (CHAUI, 2001, p. 39). Em sua constante reestruturação, permanece uma antiga constante: a Universidade não acolhe a todos; em contrapartida, ela trata bem e recompensa melhor aqueles que levam o nome da instituição adiante, seja em periódicos, seja em eventos internacionais. Pensamentos dessa natureza presidem reuniões de colegiados e direcionam as expectativas de numerosos estudantes. Como José Saramago afirmou certa vez, esquece-se que a “universidade [...] é um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma”.¹³ A lógica da recompensa orienta as aspirações de seus principais integrantes.

Mas, para justificar procedimentos abjetos é preciso utilizar os termos mais adequados. Eis outro relevante papel da linguagem politicamente correta, na Universidade: suavizar os atos questionáveis adotados por carreiristas e demais administradores do tempo, do espaço e das ações alheias. Reformulam-se as nomenclaturas: o termo “diretor” é substituído por “gestor” – substantivo-qualificador que mescla a instância de poder e os criativos mecanismos de controle. Torna-se indispensável

que vos interessa, se tiverem decidido dedicar verdadeiramente a tese o período, mesmo curto, que previamente estabeleceram (tínhamos fixado um limite mínimo de seis meses), verificarão então que a tese pode ser vivida como um jogo, como uma aposta, como uma caça ao tesouro” (ECO, 2007, p. 233).

13. *Democracia e Universidade*, 2013, p. 26.

“gerenciar” recursos, “administrar” as verbas concedidas, “gerir” as bolsas de alunos, “controlar” os gastos dos pesquisadores visitantes; “autorizar” a concessão de auxílios a estudantes, sob a tutela do professor-administrador. Quanto vale uma boa aula? Como um estudioso afeito à lei da oferta e da procura mensura os encontros semanais com seus colegas ou professores? Até que ponto continuaremos escutando a impertinente pergunta: “Para que isso serve”?

Instalados nas alturas da estrutura tecnocrática, é usual que alguns gestores, orgulhosos de seu papel fiscalizatório, confundam os múltiplos papéis da universidade com as leis exclusivistas do “mercado”, palavra que grassa no mundo acadêmico com sentido análogo à “mão invisível”¹⁴ propalada por Adam Smith, em meados do século XVIII. Isso constitui um novo e tremendo paradoxo, afinal os gestores são justamente aqueles que mais defendem a “modernização” institucional. Devotados à lógica mercantil, alguns empreendedores de escrivania pretendem transformar a universidade, administrando-a com vistas à crescente liquidez nas finanças e à visibilidade dos resultados. Suas recomendações, formalizadas em documentos oficiais, soam como *slogans*. O novo ideal é “casar o homem de mercado ao professor”; “trazer a realidade do mercado para a sala de aula”.

O educador-pesquisador-gestor deve “captar recursos para subsidiar a sua pesquisa” e controlar os auxílios percebidos por alunos e pesquisadores (sob a sua tutela) representados pelos dígitos do CPF. Recentemente, Luis Castiel, professor da Fundação Osvaldo Cruz, observou que:

No campo da saúde acabamos nos tornando empresários de nós mesmos, de grupos de pesquisa que buscam cada vez mais finan-

14. [...] a divisão do trabalho, quando pode ser implementada, acarreta, em cada ofício, um incremento proporcional da capacidade produtiva. A separação entre as diferentes atividades e os diferentes empregos parece ter ocorrido em consequência dessa vantagem (SMITH, 2013, p. 9).

ciamentos para continuar produzindo. Mas produzindo certo tipo de pesquisa que acaba tendo uma função de se estabelecer nesses jogos competitivos e de ocupação de espaço, captação de recursos humanos e a formação de recursos humanos dirigidos para um certo tipo de atuação (GERONYMO, 2014, p. 66).

A Universidade segue o caminho protocolar e medíocre da reprodução de conhecimentos, em que a apatia do aluno e a resignação do professor são reforçadas de várias maneiras. Passamos muito ao largo do conselho de Jacques Rancière (2011, p. 64): “O que pode, essencialmente, um emancipado é ser emancipador: fornecer, não a chave do saber, mas a consciência daquilo que pode uma inteligência”. O conhecimento *per se* perde valor intrínseco e se submete à inexorabilidade da forma-mercadoria. Tão ou mais relevante que a pesquisa em si, é a possibilidade de captar recursos para o financiamento. Nesse contexto, a recente aprovação da Lei 13.243/2016 é um dos sinais de que a relativa autonomia da instituição pública perde maior terreno para a lógica privatista.¹⁵

Decerto, essa concepção não se restringe à qualidade da aula. Mais importante que lecionar, investigar ou disseminar conhecimento é adequar-se às regras do capital em sua constante metamorfose:

[...] diferentemente da forma keynesiana e social-democrata que, desde o fim da Segunda Guerra, havia definido o Estado como agente econômico que regula mercado, e agente fiscal que emprega a tributação para promover investimentos nas políticas de

15. Repare-se no segundo artigo da referida Lei: “§ 2º Para os fins previstos no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as respectivas agências de fomento e as ICTs públicas poderão: I - ceder o uso de imóveis para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas e às ICTs interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de parques e polos tecnológicos e de incubadora de empresas, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, na forma de regulamento” (Página da Adusp, 2016).

direitos sociais, agora, o capitalismo dispensa e rejeita a presença estatal não só no mercado, mas também nas políticas sociais, de sorte que *a privatização tanto de empresas quanto de serviços públicos também se tornou estrutural* (CHAUI, 2001, p. 20 – grifo meu).

Serpenteando conforme as cambiantes regras de avaliação institucional, é possível que o especialista perceba as arbitrariedades daqueles seres de outra categoria, instalados na esfera burocrática: mestres no ofício de dissecar currículos, sob o abrigo do regulamento e do aparato regimental. Na validação de atos pequenos, assoma “O discurso competente [...], aquele proferido pelo especialista, que ocupa uma posição ou um lugar determinados na hierarquia organizacional” (CHAUI, 2014, p. 57).

Eis que o ciclo do cinismo se completa: desconfiado das intenções dos gestores, aquilo que o indivíduo/avaliado produz nem sempre se pauta pela ética. Quanto ao conteúdo, não permite rever o que já estava instituído. É nesse momento que o especialista decide qual o melhor caminho a seguir: o da mediania resignada (“o mundo é assim mesmo”) ou o da contestação fundamentada (“a universidade está assim”). Como a solidariedade rareia num *uni*-verso em que quase todos buscam por mais e mais créditos, seria extraordinário que professores, pesquisadores e alunos se agrupassem não em torno da lógica vigente, mas em defesa de sua identidade e a soberania da ciência, realizada com o desejável aval de seus dirigentes, e não segundo estatísticas que atribuem mérito a pesquisadores e atividades questionáveis.

Felizmente, há professores solidários (e inconformados) que reagem contra esse estado de coisas. Em abril de 2015, dois pesquisadores da Holanda escreveram um precioso artigo com vistas a questionar alguns dos pressupostos mercadológicos e contábeis promovidos pelas instituições de ensino europeias. Eles notaram que a língua inglesa passou a ser critério de

validação para artigos produzidos por lá¹⁶ - tudo em nome da ilusão de chegarem todos ao “topo de excelência”. Não é preciso lembrar as últimas diretrizes das agências de fomento, que valorizam mais a publicação internacional que a efetiva qualidade da pesquisa promovida em Português, no próprio país.

Porventura a postura dos holandeses sirva como exemplo para o nosso posicionamento, frente à desafiadora situação da Universidade brasileira. Não se conformar à avalanche tecnocrática-racionalista-mercadológica talvez seja o caminho mais coerente para aqueles que proclamam a diversidade do conhecimento e defendem a qualidade da docência, da pesquisa e da extensão – especialmente numa Universidade que se pretenda autônoma, democrática e inclusiva.

16. “In the Netherlands, counting output started off with the number of publications, then international publications, after which only English-language publications counted, thereafter articles in high-impact journals, and eventually often-cited publications (leading to a high ‘h-index’)” (HALFFMAN; RADDER, 2015, p. 167).

A fala prolixa

O mal das encrencas é que elas começam bem devagarinho.
(Millôr Fernandes, *A Bíblia do Caos*)

Um fenômeno, dos mais curiosos, que caracteriza a rotina acadêmica é a aparente dificuldade em alguns de nós nos empenharmos na contenção verbal. Em algum momento, estaremos sujeitos a ela, seja no papel de conferencistas ou de anfitriões; estudantes ou professores; convidados ou ouvintes. Até certo ponto, é esperado que o fenômeno aconteça. Por isso mesmo, talvez seja útil descrever a fala prolixa para fins de autoexame e, eventualmente, algum aperfeiçoamento.

A prolixidade pode soar hesitante, redundante e circular. Seus adeptos costumam anunciar incertas sentenças com epítetos (“O grande escritor carioca Lima Barreto...”) ou intercalá-las com explicações desnecessárias (“Voltaire, que era um *habitué* da aristocracia francesa, no final do século XVIII...”). Outra marca recorrente desse *estilo* discursivo são as fórmulas de abertura, quando visam a justificar a própria falta de concisão. Podem reparar: com frequência, quem anuncia “serei breve” não o é. Quase o mesmo acontece com aqueles que repetem “como meu tempo é curto, não aprofundarei essa questão”, a cada cinco minutos.

Evidentemente, há muitas formas de ser e soar prolixo. Por exemplo, referindo-nos à nossa trajetória intelectual sem necessidade (“quando ‘fiz’ o mestrado, havia percebido que...; hoje, penso diferente”) ou, pior, recomendando os textos de

nossa lavra ao comentar tópicos os mais genéricos (“na tese de doutorado, esse foi um dos aspectos que observei”), ou específicos (“no ano passado, publiquei um artigo na revista x precisamente sobre isso”).

Outras tópicas costumam ser empregadas na seção final da fala. Quando isso acontece, tudo o que não foi economizado durante a parte inicial do discurso entra em ritmo superacelerado, tendo em vista cumprir o tempo *estipulado* pelo anfitrião. Nessas ocasiões, podemos reconhecer vários expedientes, tais como: “Eu pretendia analisar outras partes do manual com vocês; mas, devido à falta de tempo, poderemos falar mais durante as perguntas que fizerem”; ou: “Puxa, já acabou o tempo? Preciso correr”; e ainda: “Para concluir, só gostaria de dizer que...”.

Quais seriam as causas da falta de objetividade e precisão?

O fenômeno pode estar relacionado à própria dificuldade de enunciação, devido à influência de alguns fatores externos (sobrecarga emocional, excesso de trabalho, falta de tempo ao preparar a exposição etc.). Em outros casos, a impossibilidade de nos contermos verbalmente pode residir no teor da fala (menor interesse do orador pelo assunto; falta de conhecimento sobre o tema; maior abrangência que o esperado etc.). Mas a questão também pode estar associada ao comportamento, mais ou menos entusiasmado, dos ouvintes. Quem já se apresentou diante de coletivos, seja presencial, seja remotamente, decerto terá se deparado com situações em que o silêncio do auditório desorientou a própria performance.

Provavelmente há fatores tão ou mais imponderáveis. Mas penso especialmente naqueles casos em que a fala prolixa é calculada, programática, intencional. Ou seja, quando o sujeito que detém a palavra por mais tempo confunde *sabedoria* com *tempo de fala* e projeta *sua autoridade* a respeito do tema *monopolizando o discurso*. É possível que, num caso ou noutro, o indivíduo aja desse modo para contornar o incômodo

silêncio dos ouvintes; mas ele também pode supor que a sua fala é tão relevante que prescindir do diálogo, da intervenção, menos ainda da contestação por quem está lá (em tese) para testemunhar a sua genialidade.

Seja pela necessidade terapêutica de falar; seja pela dificuldade em se conter; seja devido ao propósito de se fazer ouvir e perceber, não será demasiado lembrar que a prolixidade pode ser interpretada como um sintoma de desorganização e desempenho inábil, mas também como incapacidade de escuta e egoísmo. A título de ilustração, poderíamos sugerir que a fala-além-do-tempo transcorre analogamente à impontualidade em atender a determinados compromissos (inclusive os pessoais).

Assim como quem se atrasa para uma reunião, banca ou evento acadêmico costuma ter justificativas verossímeis a apresentar, o sujeito prolixo inicia, desenvolve e conclui o discurso recheando-o com apóstrofes, interjeições, apostos e outros expedientes que, em geral, só contribuem para prorrogá-lo ainda mais. Salvo raras exceções (suponhamos estar diante de uma audiência absolutamente sedenta de saberes), extrapolar limites previamente acordados com o anfitrião e seu auditório pode ser interpretado como falta de decoro, justamente da parte de quem fora convidado para dar melhor exemplo...

Algum leitor poderá torcer o nariz, obstando que cronometrar a fala alheia seria uma tentativa de cercear a expressão e impedir que o pensamento se expanda para além das margens formais que o contêm. Afinal, todos nós temos algo de relevante a dizer. Não duvido; porém, chamo atenção para o risco de o orador superestimar a própria substância e conceber colegas e ouvintes como pessoas-acessório, quero dizer, como meros apêndices do *seu* discurso tão relevante, original e imperdível.

A “retórica” neoliberal

*You won't get what you deserve
You are what you take
(Andrew Eldritch)¹*

Arte, Técnica

Os manuais de introdução à retórica são unânimes ao afirmar que essa arte nasceu cinco séculos antes da era cristã, na Sicília² – território que pertencia ao que hoje denominamos imprecisamente como “Grécia antiga”. Como se sabe, em suas origens a arte retórica contemplava um conjunto de técnicas³ empregadas para dirimir questões decorrentes de desacordos de cunho comercial – mais especificamente, disputas de terras e termos relativos ao escambo de mercadorias. John Bender e David Wellbery (1990, p. 7) lembram que:

1. “More” (THE SISTERS, 1990, faixa 7). “Você não terá o que merece; você é o que toma”.

2. “Os primeiros advogados foram os intelectuais chamados de sofistas, pois professavam o emprego da sabedoria para intervir em favor do destino das vítimas espoliadas. Rapidamente, eles venderam seus préstimos a todas as causas, o que Platão lhes reprovou [...] A condenação de Platão foi determinante na história da retórica. Ora assimilada à propaganda, ora à sedução, a retórica tem sido, a partir daí, frequentemente reduzida à manipulação dos espíritos pelo discurso e pelas ideias, enquanto à filosofia coube liberá-los, como aos prisioneiros da Caverna” (MEYER, 2007, p. 19).

3. “O sufixo grego *-ik-*, de *rhetoriké*, e *-ic-*, em latim e português, *rhetorica*, retórica, que se acha em nomes de outras coisas consideradas fundamentais, como dialética ou cosmética, remete à ideia grega de *tékhnē*, ‘técnica’. Como técnica, ‘retórica’ relaciona-se à fala – não a qualquer, mas à inventada e ordenada segundo técnicas de escorrer ou discorrer com eficácia persuasiva do falar bem definido como *bene dicendi* por Cícero e Quintiliano” (HANSEN, 2013, p. 11).

Rhetorical speech adheres to power and property. Indeed, Cicero tells us that Aristotle traced the origin of codified rhetoric to a time, following the expulsion of the tyrants (467 B.C.), when confusion over the title to confiscated property formerly held by returning exiles led the claimants to employ the expert assistance of Corax and Tisias. These Sicilians no doubt wrote speeches for their clients to memorize but also devised general rules of practice that Corax set down in his, the first known, handbook “art” of rhetoric.⁴

De modo geral, o nascimento da retórica costuma ser atrelado aos sofistas – que foram severamente questionados no diálogo *Górgias*, de Platão. Apesar da fama injusta que a palavra ainda evoca em nossos dias, Olivier Reboul (2000, p. 9) defende, com razão, que devemos a eles “a ideia de que a verdade nunca passa de acordo entre interlocutores, acordo final que resulta da discussão, acordo inicial também, sem o qual a discussão não seria possível”. Superando as controvérsias defendidas pelo mestre, no final do século IV Aristóteles sistematizou os preceitos e usos da arte da persuasão, articulando as dimensões do orador (*éthos*), do discurso (*logos*) e de seu efeito no auditório (*páthos*), distinguindo três gêneros da retórica: o judiciário (que examina as causas do passado), o deliberativo (que decide sobre as matérias futuras) e o demonstrativo (que descreve pessoas e ações no tempo presente).

Três séculos depois, Cícero retomou a divisão da arte, discorrendo sobre a *Tria officia*: convencer (*docere*), comover (*movere*) e agradar (*delectare*)⁵. Na mesma época, Quintiliano

4. “O discurso retórico adere ao poder e à propriedade. De fato, Cícero diz que Aristóteles refez a origem da retórica, codificada no tempo que se seguiu à expulsão dos tiranos (467 a.C.), quando antigos exilados recorreram à assistência dos especialistas Corax e Tisias para reaver suas terras, confiscadas durante sua ausência. Sem dúvida, aqueles sicilianos escreveram discursos para seus clientes memorizar, mas também formularam regras em geral para a prática com que Corax estabeleceu o que se sabe ser o primeiro manual sobre a “arte” da retórica”.

5. “Persuadir, etimologicamente vem de *persuadere* (...) O prefixo ‘per’ significa

compilou os usos da técnica retórica nos doze livros da *Instituição Oratória*, segundo o pressuposto de que a retórica era a arte de bem dizer, praticada por homens virtuosos. As lições de Aristóteles, Cícero e Quintiliano serviram de modelo para os tratados de retórica e poética que circularam entre os séculos IV e XVIII: de Caio Júlio Vítor (*Arte Retórica*) a Candido Lusitano (*Arte Poética, ou Regras da Verdadeira Poesia em Geral*); de Santo Agostinho (*Doutrina Cristã*) a Frei Diego Valadés (*Retórica Cristiana*).

Algo que distingue os tratados de persuasão, até o final do século XVIII, dos manuais de eloquência que circularam durante os Oitocentos é que, até o Setecentos, não se fazia estrita distinção *arte* e *técnica*. Quer dizer, as artes de falar, de vestir e de agir reuniam um conjunto de procedimentos, um sistema de técnicas aplicadas com diferentes graus de especificidade, em situações variadas, sem que se perdesse de vista o tipo de ambiente (público ou privado; plebeu ou cortesão; particular ou coletivo; popular ou erudito; mundano ou sagrado), a característica do auditório (homogêneo ou heterogêneo; vulgar ou discreto; leigo ou douto) e o contexto em que a tarefa era performada (específico ou geral; favorável ou adverso; harmônica ou crítica etc.).

De fato, a partir do século XIX é que a palavra *arte* passou a significar contraponto à *técnica*, à ciência, à filosofia e a outros saberes. As consequências foram duas: 1. o polímata cedia lugar ao especialista; o sábio perdia terreno para o técnico; a arte de persuadir era reduzida a um amontoado de regras, reservadas à boa elocução – uma das cinco partes da antiga retórica (Invenção, Disposição, Elocução, Memória e Ação). 2. A retórica, até então reconhecida como instituição – sistema de lugares-co-

de modo completo, *suadere* = aconselhar (não impor). As palavras da mesma família esclarecem o valor da raiz: *suadv-*, *suavis* = suave; *savium* = beijo terno” (TRINGALI, 1988, p. 20).

muns⁶, artifícios e convenções que aprimoravam o bem falar e a habilidade persuasória – passou gradativamente a ser percebida e aplicada como adorno discursivo. Ausentes as categorias de linhagem que distinguiam a antiga nobreza, o “falar bem” implicava reforçar os códigos e cacoetes de linguagem com vistas a distinguir bacharéis de não-diplomados, profissionais liberais de profissionais mecânicos; doutores de aprendizes etc.

Em suma, durante os Oitocentos, a antiga arte voltou a ser posicionada sob o crivo moralista de Platão⁷. Obviamente, o que acontecia naquele tempo era apenas um arremedo da *tékhnē rhetorikē*⁸ ensinada por Aristóteles⁹ vinte e três séculos antes. No que diz respeito ao Brasil, a retórica perseverou como conhecimento reservado às elites, entre o colégio e os espaços distintos da Corte. Roberto Acízelo de Souza (2015, p. 185) registra que “a primeira aula régia de retórica da colônia se instala no Rio de Janeiro em 1782, tendo sido nomeado para a cadeira o bacharel e poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga”. Depois

6. “Os *topoi*, bem como esquemas metafóricos largamente usados pelos antigos poetas, transformaram-se em clichês de emprego universal na literatura. A partir da Renascença, principalmente, e até o fim do século XVIII, o valor de uma obra era medido por sua maior ou menor conformação aos modelos antigos, tomados como padrão para cada gênero” (SOARES, 1968, p. 4). “[...] como disse Cícero no século I a.C., repetido por Erasmo de Roterdã no século XVI, o lugar era como um molde definido como ‘sede do argumento’ que se memorizava e que se aplicava para escrever bem” (HANSEN, 2012, p. 159-160).

7. “O costume afirmava ter sido Empédocles de Agrigento o primeiro a descobrir a técnica retórica; ela teria surgido ao mesmo tempo que a filosofia. Ao contrário desta, desde o início foi técnica de falar bem, não de dizer o Bem, como quer Platão para a filosofia: visava a eficácia do discurso, *to eikós*, o verossímil, não a verdade, *alétheia*” (HANSEN, 2013, p. 20).

8. “A *tékhnē rhetorikē* inclui-se na *praktiké*, como técnica da *doxa*, ou técnica que põe em cena a opinião contingente, mas também tem relação com a *poietiké*, pois, sendo técnica, também é um fazer” (HANSEN, 2013, p. 31).

9. “Aristóteles entrou duas vezes no Ocidente: uma, no século VI, através de Boécio, e outra, no século XII, com os árabes. E uma terceira vez: com sua Poética. Esta Poética é pouco conhecida na Idade Média, exceto através de alguns resumos deformantes. Em 1498, porém, aparece em Veneza a primeira tradução latina do original” (BARTHES, 1975, p. 174-175).

disso, há “ampla documentação sobre o ensino de retórica no sistema escolar nacional que aos poucos foi sendo implantado após a independência”.

De um lado, a retórica foi chancelada como recurso útil à oratória de profissionais liberais, especialmente advogados, e homens públicos que fazem uso de artimanhas do discurso na tribuna jurídica, no púlpito e ao redigir contratos e documentos oficial. De outro lado, a oratória passou a ser confundida com a pompa em enunciar coisas vazias, alvo recorrente de pasquins e sátiras literárias. Maria Nazaré Lins Soares mostrou como a ficção machadiana é repleta de tipos pseudoeloquentes, hábeis em não se fazerem entender pela maioria das pessoas de seu convívio¹⁰. O que há de comum entre Brás Cubas¹¹, Bento Santiago¹² e o Conselheiro Marcondes Aires? São tipos ricos e ociosos: diplomatas ferinos (de)formados em Direito. Também há figuras-sínteses deles em contos como “As bodas de Luís Duarte”¹³, “Teoria do Medalhão”¹⁴ e “O Alienista”¹⁵ – para ficar em poucos exemplos.

10. “Machado ridicularizou, através da sua [obra], todos aqueles que se compraziam em erguer no vazio estruturas verbais grandiloquentes, pensando com isso estar fazendo literatura” (SOARES, 1968, p. 5-6).

11. “E foi assim que desembarquei em Lisboa e segui para Coimbra. A Universidade esperava-me com as suas matérias árduas; estudei-as muito mediocrememente, e nem por isso perdi o grau em bacharel; deram-mo com a solenidade do estilo, após os anos da lei” (ASSIS, 2019c, p. 98).

12. “A imaginação foi a companheira de toda a minha existência, viva, rápida, inquieta, alguma vez tímida e amiga de empacar, as mais delas capaz de engolir campanhas e campanhas, correndo” (ASSIS, 2014, p. 177).

13. “O tenente Porfírio era o tipo de orador de sobremesa; possuía o entono, a facilidade, a graça, todas as condições necessárias a esse mister” (ASSIS, 2019a, p. 147).

14. “Venhamos ao principal. Uma vez entrado na carreira, deves por todo o cuidado nas ideias que houverses de nutrir para uso alheio e próprio. O melhor serão não as ter absolutamente (...)” (ASSIS, 2019a, p. 192-193).

15. “Simão Bacamarte compreendeu que a ciência lusitana, e particularmente a brasileira, podia cobrir-se de ‘louros imarcescíveis’, – expressão usada por ele mesmo, mas em um arroubo de intimidade doméstica; exteriormente era modesto, segundo convém aos sabedores” (ASSIS, 2019b, p. 29-30).

Caso o leitor do Segundo Império fosse incapaz de decifrar todas as charadas machadianas, certamente não restariam dúvidas de quão ridículos, cafonas e violentos eram alguns concidadãos da velha república, quando topasse com a obra de Lima Barreto. Por sinal, um dos libelos mais eloquentes contra o ufanismo pseudonacionalista e a linguagem pernóstica, utilizada pelos bacharéis saudosos do Império, está em *Os Bruzundangas*:

Os mais escrupulosos escrevem uns mofinos artigos e tomam logo uns ares de Shakespeare; alguns publicam livros estafantes e solicitam dos críticos honrosas referências; outros, quando já empregados no ministério, mandam os contínuos copiar velhos ofícios dos arquivos, colam as cópias com goma arábica em folhas de papel, mandam a coisa para a Tipografia Nacional do País, põem um título pomposo na coisa, são aclamados historiadores, sábios, cientistas e logram conseguir boas nomeações (LIMA BARRETO, 1998, p. 62).

Os capítulos do livro soam como pílulas textuais: em verdade, poderiam ser interpretados como paródia local capaz de remeter o leitor avisado aos ensaios satíricos de Jonathan Swift, que circularam em panfletos em meados do século XVIII¹⁶.

Autoajuda

Na transição do século XIX para o XX, em lugar dos antigos tratados começaram a aparecer manuais que ofereciam modelos de redação (particular ou pública) para secretários, mas também, compêndios que listavam centenas de fórmulas dis-

16. “Em ‘Nota Prévia’ a *Os Bruzundangas*, os editores destacaram a possível aproximação com a obra de Jonathan Swift: ‘Leitor de Swift, Lima Barreto traçou nestas crônicas, à maneira do mestre das *Viagens de Gulliver*, uma série de caricaturas sobre um país inexistente, que muito se assemelha ao Brasil, apresentando em traços rápidos e grotescos homens e costumes da chamada República Velha, com todos os seus vícios e cacoetes’.” (CHAUVIN, 2020, p. 274-275).

cursivas e estilos convenientes a determinadas situações sociais. Títulos como *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* e o *Novo Manual Epistolar ou Arte de Escrever*¹⁷, que certamente circularam no país. Esse foi o primeiro degrau descendente do que se considera a ruína da retórica tradicional.

Nas primeiras décadas do século XX, especialistas se empenharam em desidratar o que restou da *elocutio* (elocução), substituindo-a por técnicas rasteiras comerciais e aprimoramento da autoimagem. A contraposição entre *técnica* e *arte* nunca foi tão evidente. Na academia, a retórica foi parcialmente absorvida pela linguística e, posteriormente, incorporada em métodos empregados na análise do discurso, sendo finalmente justaposta a teorias da argumentação. Em termos comerciais, a oratória cedeu lugar ao aconselhamento meramente utilitário, aplicado em áreas tão distantes e distintas quanto a publicidade, a política e a autoajuda, em nome do pragmatismo capital *versus* o idealismo do sonhador.

Pelo menos desde os anos de 1930, assistimos a micro-partículas da antiga oratória serem utilizados de modo superficial, desconexo e enviesado em *best-sellers* que, ainda hoje, pretendem ensinar, dentre outras coisas, a como fazer amigos, conquistar pessoas e seduzir clientes¹⁸; ou como derrotar os adversários e desprezar a opinião dos outros¹⁹; ou ainda, como adquirir o poder de redigir sentenças para uma comunicação

17. A esse respeito, consultem-se: “O manual Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar anunciado nos jornais oitocentistas: a circulação do ensino de civildade na província da Paraíba” (QUEIROGA; BARBOZA, 2017) e “Uma preceptiva do Oitocentos: a *Arte de Escrever*, de Machado Coelho” (CHAUVIN, 2019).

18. *Como fazer amigos e influenciar pessoas*, de Dale Carnegie, foi publicado originalmente em 1936.

19. *A sutil arte de ligar o f*da-se*, de Mark Manson foi traduzido no Brasil em 2017.

eficiente e eficaz²⁰. Duas premissas caracterizam a maior parte desses livros de autoajuda: 1. vender ideias prontas de como ser bem aceito pelas pessoas (ou seja, clientes em potencial) e bem-sucedido na vida (quer dizer, nos negócios). 2. Enriquecer os autores e editores desses guias.

Evidentemente, a iniciativa pessoal não se limitou ao pequeno-grande mundo dos negócios. Como sabemos, a partir dos anos de 1980, o modelo gerencial, de cariz tecnocrático e sanha inovadora, invadiu a universidade, transformando gradativamente o espaço da pluralidade e dos saberes em uma grande arena concorrencial, forjada pela mesmice empreendedora, onde se naturaliza a luta de todos contra todos. Quanto menor o investimento em pesquisa e formação de pessoal, mais se amesquinha a disputa por verbas, títulos e cargos comissionados, que começa nas unidades, invade os departamentos e contamina a relação profissional entre professores, pesquisadores e alunos.

Isso já acontecia nas etapas preparatórias para o ensino superior, algo patente no modo como o ensino médio se estrutura hoje. Erich Fromm (1977, p. 57) alertava para o fato de que

Nosso processo educativo, em geral, tenta adestrar as pessoas a *terem* conhecimento como uma posse, geralmente comensurável com a quantidade de propriedade ou prestígio social que ele deve proporcionar mais tarde. O mínimo que recebem é a quantidade necessária a fim de funcionar adequadamente em seu trabalho. Além disso, dá-se-lhes uma “embalagem de conhecimento de luxo” para fortalecer seu sentimento de valor, sendo o tamanho da embalagem de acordo com o provável prestígio social da pessoa. As escolas são as fábricas em que a embalagem desse conhecimento é produzida.

20. O livro de Stanley Fish, *Como escrever e ler uma sentença*, traz uma citação atribuída ao próprio autor na capa: “Se você conhece sentenças, conhece tudo”. Emblematicamente, o terceiro capítulo intitula-se “Não é o pensamento que conta”.

Se os manuais de autoajuda subestimam o consulente, o neoliberalismo é, por definição unidimensional, antifilosófico e anticultural. Só numa neocolônia como o Brasil, tipos rasos e questionáveis que sobrevivem de *likes*, *shares*, *hits* e *best-sellers* (com teor equivocado, agressivo e irrelevante), continuam a ser considerados “pensadores”. É emblemático que o atual des-governo federal tenha recorrido a uma dessas criaturas, como conselheiro extraoficial, e decretado luto de dois dias, quando o sujeito faleceu vitimado pelo mesmo vírus que ele afirmava não existir. Apesar das inúmeras contradições embutidas no discurso desses sujeitos, o mau-gosto, a violência e o preconceito foram alçados a vértices da concepção neoliberal e passaram a servir como esteios do negacionismo geral, de 2019 para cá.

Os primórdios dessa postura utilitária, rasteira e tecnocrática vêm de longe. Para citar um exemplo bastante conhecido em São Paulo, entre as décadas de 1960 e 1980, a palavra “técnica” passou a ser recorrente tanto no Ministério da Educação e Cultura, quanto nas esferas estadual e municipal. Em 1969, o Estado paulista inaugurava a primeira unidade da FATEC (Faculdade de Tecnologia), sob a premissa de preparar e certificar jovens estudantes para a indústria e o comércio (mais tarde, o terceiro setor). Da década de 1990 em diante, o termo “técnica” foi absorvido por “tecnologia”, paralelamente ao deslumbramento da população com os recursos da *Internet*, da telefonia móvel e dos *games*.

Ora, o elogio das tecnologias, como sinal da modernização e da equiparação com outras sociedades, é um dos efeitos colaterais do neoliberalismo. David Harvey (2014, p. 79) ressalta que:

A teoria neoliberal da mudança tecnológica se sustenta nos poderes coercivos da competição para levar à busca de novos produtos, de novos métodos de produção e de novas formas organizacionais.

Mas esse impulso se incorpora a tal ponto no senso comum dos empreendedores que se torna um fetiche: a crença de que para todo e qualquer problema há um remédio tecnológico.

Seria ingênuo desvincular os novos comportamento pessoais das mudanças relacionadas ao mundo corporativo. Talvez por isso mesmo, seja possível encontrar pessoas que aceitam, acriticamente, a falácia de que *postulantes ao governo* poderiam ser *não-políticos*. Negar a condição de candidato a um cargo político pode seduzir uma fatia do eleitorado que se considera orgulhosamente apolítica, afinal “todos os políticos são iguais”. Uma vez que assumem o posto, sob a chancela da indústria e do comércio, com apoio da chamada “grande” mídia, e sob o aplauso de grande faixa da classe média, esses “gestores” mostram a que vieram: os pilares do neoliberalismo aparecem sem demora. Começam os ataques aos direitos adquiridos; a cobrança de novos impostos; o sucateamento de órgãos públicos e o anúncio de privatizações – o que atinge hospitais, escolas, áreas de lazer e cultura, saneamento básico etc.

Não podemos subestimar o poder da palavra em benefício da postura conservadora, quando não reacionária. Atrelando *coaching*, política e religião, grassam *slogans* absolutamente piegas como “força, foco e fé”. Repare-se que a sonoridade é fundamental para que a mensagem não só seja absorvida, mas reproduzida e defendida pelos eleitores. São dois dissílabos iniciados pela fricativa (“f”) emendados pela conjunção (“e”) e a palavra “fé”, o que favorece o ritmo ágil da canção: “/ Força / foco / e fé /”, por sinal, é constituído por dois troqueus (“força” e “foco”) e um jambo (“e fé”). O termo “Força” apelava emocionalmente para o estado de saúde do candidato (que veio a falecer meses após a vitória), mas também anunciava uma segunda gestão vigorosa (ironia tremenda, considerando o modo como os professores são tratados durante manifestações por melhores

condições de formação e trabalho). “Foco” remetia ao mundo *business* e, simultaneamente, para as prioridades do governo (a peça publicitária repetia, à exaustão, imagens do candidato a “vistoriar” hospitais). A palavra “fé” é autoexplicativa: o partido pretendia sugerir religiosidade cristã do candidato e angariar o voto dos que acreditam em Deus.

Os homens do marketing aprenderam que toda campanha política deve se pautar pelo signo da repetição. Em meados da década de 1980, a campanha de Orestes Quércia reproduzia a sentença “O sol nasceu pra todos e também para você: vote Quércia, vote Quércia, PMDB”. Repare-se que a sonoridade importa mais que a lógica dos versos. Os compositores recorreram à falácia de que “o sol nasce para todos”, o que não procede, já que as condições de existência não são as mesmas. O primeiro verso afirma “todos”, mas inclui o “para você”. A letra não faz sentido; mas o ritmo (todas as palavras são monossílabos ou dissílabos) e a rima (“para você”, “P-M-D-B”) ajudam o telespectador a gravar letra e música, internalizando a premissa que poderíamos traduzir como “todos têm as mesmas oportunidades; basta correr atrás”.

Na década seguinte, Paulo Salim Maluf lançou o bordão “Maluf faz, faz, faz, a gente viver em paz, paz, paz, paz, paz”. A campanha alternava antigos rifões do candidato (“Vou botar a ROTA na rua”) com novas promessas. A vinheta emendava o “f” do sobrenome ao verbo “fazer”, condicionando que a ação do governante traria segurança à população. A repetição do verbo (“faz, faz, faz”) favorecia o ritmo ágil, fixava a ideia de proatividade e rimava com o substantivo, ao final (“paz, paz, paz”), a sugerir que a paz decorria de providências que somente Maluf poderia adotar.

Nos três casos, o léxico simplório e os clichês reforçavam (e eram reforçados) pela sonoridade das vinhetas. Essas chamadas eram incessantemente repetidas, a intervalos regulares. Soavam

como mantras, no sentido negativo do termo, e pretendiam ser inoculadas pela memória passiva da audiência. Esse recurso, fundamental quando o programa fosse veiculado no rádio, ganhava ainda mais força quando se associava a imagens multicoloridas na tevê. Seria desnecessário ressaltar que a repetição de falas preconceituosas e imprecisões serviu como um dos expedientes mais utilizados pela equipe do atual desgoverno federal, meses antes de assumir a presidência. Para pasmo geral, presidente, filhos, ministros e assessores prosseguem a disseminar *fake News*, cortar verbas de áreas essenciais, revogar direitos, enaltecer o alto empresariado, proteger setores ligados às milícias, desproteger a natureza, substituir figuras que lideram investigações de corrupção, bater continência aos Estados Unidos e confundir religiosidade com hipocrisia de líderes midiáticos.

Retórica entre aspas

É sempre um risco associar *retórica* a termos que vigoram em nosso tempo, porque podemos incorrer em anacronismos. De toda maneira, e para fins didáticos, consideremos o sentido acanhado que a palavra adquiriu entre o final do século XIX e a metade do século XX, e mais especificamente, leve-se em conta que o neoliberalismo compilou uma série de lugares-comuns como forma de nos persuadir a anular o pensamento crítico, substituindo-o pelo consumismo inveterado; a abandonar as reivindicações porque nos tornamos patrões de nós mesmos; a derrotar o pessimismo de quem pensa algo para além da dimensão do trabalho precarizado e da relativa margem de lucros. Vejamos um exemplo relacionado à política.

Em discurso à imprensa, pronunciado em 13 de abril de 2004²¹, George Bush declarou o seguinte: “We will continue

21. <https://www.nytimes.com/2004/04/13/politics/text-of-president-bushs-press-conference.html>

taking the greatest care to prevent harm to innocent civilians, yet we will not permit the spread of chaos and violence”. O então presidente dos Estados Unidos se referia à disposição das tropas estadunidenses, teoricamente em favor de levar a “liberdade” e promover a “paz” no Iraque. Do começo ao fim, o texto é um poço de contradições; mas devemos recordar que elas não se restringem a Bush. São reiteradas por praticamente todos os mandatários do planeta, a cada guerra que “pretendiam evitar”, mas promoveram – para deleite de parte expressiva da população, enriquecimento da indústria bélica e incremento do poder de barganha com outros países.

Há três componentes fundamentais na falácia neoimperialista: 1. A postura arrogante de seus porta-vozes (sejam eles “democráticos” ou “republicanos”); 2. O emprego de palavras que mal disfarçam a violência dos métodos que se pretendem autotjustificáveis (neste caso, “não permitiremos”); 3. A ocultação da evidência de que o “caos” e a “violência” são potencializados, senão levados em primeira mão, justamente por “democracias” que invadem países em nome de “valores” que fingem defender.

Ao final da entrevista, concedida aos principais veículos da grande mídia, Bush reproduziu esta sentença: “And as the greatest power on the face of the earth, we have an obligation to help the spread of freedom”. Eis os elementos que caracterizam o discurso oficial: 1. A prepotência manifesta: “Como *maior potência na face da Terra*”; 2. A contradição de termos: “temos a *obrigação* de propagar a *liberdade*”; 3. A ocultação de que o conceito de “liberdade” para os Estados Unidos, costuma redundar em massacre de outros povos, com lucros bilionários do país invasor.

Um sintoma de que o neoliberalismo extrapolou todos os limites da humanidade, compreendida como tal, está no volume de publicações sobre essa face mais voraz e perversa do capitalismo. Um dos primeiros trabalhos de fôlego que circulou no

Brasil, foi a coletânea *Pós-neoliberalismo*, organizada por Emir Sader e Pablo Gentili em 1995. O ensaio inicial, assinado por Perry Anderson, é uma ótima síntese histórica das faces política e econômica dessa ideologia. O historiador relembra que “a grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973” foi o pontapé para a implementação das prerrogativas neoliberais:

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefastos dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicatórias sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 2012, p. 10).

Não custa muito lembrar o que aconteceu no Chile – cenário do que é considerada a primeira (e trágica) experiência neoliberal na América Latina, a cargo dos Estados Unidos – terra da liberdade e lar dos bravios. A data não é mera coincidência. No mesmo período, cinco anos após o golpe de 1968, os militares brasileiros aprimoravam as técnicas de emboscada, interrogatórios torturantes e o assassinato seguido da desova dos corpos de agentes da esquerda internacionalista, subversivos em geral, simpatizantes do comunismo etc. Em seu incontornável *Fórmula para o Caos*, Moniz Bandeira (2008, p. 85) mostrou que:

O Brasil e o Chile, onde havia instituições democráticas mais sólidas e estáveis, eram, entretanto, os países que mais preocupavam o governo dos Estados Unidos, devido ao avanço das tendências de esquerda. E aí, já não bastava a técnica do *coup d'État*, mas a técnica para criar as condições objetivas, tanto econômicas quanto sociais e políticas, que compelissem as Forças Armadas a desfechá-lo. E a essa tarefa a CIA se dedicou, através de *spoiling operations*, operações de engodo, uma das quais consistia em penetrar

nas organizações políticas, estudantis, trabalhistas e outras para induzir artificialmente a radicalização da crise, mediante longo período de agitação e profunda desorganização social, aguçamento da luta de classes, de maneira a solapar as bases sociais e políticas de sustentação do governo e a favorecer sua derrubada por meio de um golpe militar.

Em suma, desde meados da década de 1970, três pilares do neoliberalismo passaram a orientar as decisões dos países mais ricos do ocidente, a saber: 1. Manutenção do Estado forte em prol das instituições financeiras, reduzindo-se a alocação de verbas para gastos sociais; 2. Disciplina orçamentária, com vistas a assegurar a estabilidade da moeda; 3. Implementação de reformas fiscais que beneficiassem os agentes econômicos e não as classes mais humildes (ANDERSON, 2012). De acordo com Wendy Brown (2019, p. 25-26),

O termo “neoliberalismo” foi cunhado no Colóquio Walter Lippman²² em 1938, numa reunião de acadêmicos que laçou as bases político-intelectuais daquilo que uma década depois se tornaria a Sociedade Mont Pelèrin. O neoliberalismo é mais comumente associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigáveis para investidores estrangeiros. Tais eram precisamente as políticas impostas ao Chile por Augusto Pinochet e seus assessores, os “Chicago Boys”, em 1973 e logo depois levadas para outras partes do Sul global, muitas vezes impostas pelo Fundo Monetário Internacional na forma de

22. “A palavra mais importante na reflexão de Lippman é *adaptação*. A agenda do neoliberalismo é guiada pela necessidade de uma adaptação permanente dos homens e das instituições a uma ordem econômica intrinsecamente variável, baseada numa concorrência generalizada e sem trégua. A política neoliberal é requerida para favorecer esse funcionamento, combatendo os privilégios, os monopólios e os rentistas. Ela visa a criar e preservar as condições do sistema concorrencial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 89-90).

mandatos de “ajuste estrutural” vinculados à reestruturação dos empréstimos e da dívida.

Os pontos culminantes da virada neoliberal (que coincide com a regulamentação do capital fracionário) foram os governos de Margaret Thatcher, entre 1979-1990, e a gestão Ronald Reagan, entre 1981 e 1989.²³ Curiosamente, o final dos mandatos da primeira-ministra inglesa e do presidente estadunidense coincide com uma nova crise do capitalismo, em 1991. Os anos que se seguiram passaram a ser conhecidos como a segunda investida neoliberal (e algo similar aconteceu após a crise mundial de 2008). Essas crises cíclicas no sistema sempre afetaram o Brasil e autorizaram medidas de “austeridade”.

Francisco de Oliveira (2012, p. 26) mostrou que “a função pedagógica perversa da hiperinflação foi administrada a conta-gotas durante a primeira parte do governo Itamar, precisamente para produzir o terreno fértil no qual se joga a semente neoliberal”, o que viria a ser concretizado no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, obediente ao receituário neoliberal. Emir Sader supunha, em 1995, (2012, p. 37) que:

No Brasil, o neoliberalismo joga sua cartada mais importante, provavelmente decisiva para seu futuro no continente. Contando com as experiências positivas e negativas da Argentina e do México, a coalizão neoliberal brasileira buscará formas heterodoxas de imposição, em meio a alianças com as elites e a direita política, tentando provar que, sem essas forças, qualquer transformação do país é impossível.

23. “Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação antisindical e cortaram gastos sociais. E finalmente (...) se lançaram num amplo programa de privatização” (ANDERSON, 2012, p. 12).

Quatro anos após a publicação da coletânea organizada por Sader e Gentili, Noam Chomsky editou *O Lucro ou as Pessoas?*, outro petardo contra a falácia neoliberal. Após contextualizar a origem e os pressupostos do Consenso de Washington, realizado dez anos antes, Chomsky (2018, p. 30) descreve um antigo experimento estadunidense com o Brasil:

Na elogiadíssima história da americanização do Brasil, Gerald Haines diz que os Estados Unidos vêm usando o Brasil desde 1945 como “área de teste para os modernos métodos científicos de desenvolvimento industrial baseado no capitalismo intensivo” [...] Quando o desastre começou a atingir os ricos, os “modernos métodos [...]” se transformara de uma hora para outra em prova dos males do estatismo e do socialismo – outra transição rápida que ocorre sempre que necessário.

Como sabemos, “Liberdade”²⁴, “Concorrência”²⁵ e “Modernização” são termos muito caros aos ideólogos do neoliberalismo, especialmente porque o significado deles não condiz, filosoficamente com a visão que temos desses conceitos. Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 16) oferecem uma excelente síntese sobre os impactos do neoliberalismo nas sociedades em que foi implementado:

O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais, e para além delas, em todas as sociedades que as seguem

24. “Hayek entendia que o Estado deveria limitar-se a garantir o bom funcionamento da livre-concorrência, definindo regras universais que procederiam como meios de garantir as condições necessárias para o desenvolvimento da ordem econômica e nunca enquanto uma finalidade em si. A função do governo seria, assim, aquela da proteção das liberdades individuais, isto é, garantir que os indivíduos pudessem agir unicamente motivados por seus interesses próprios” (SILVA et al, 2021, p. 83).

25. Em artigo voltado para o marketing e o comportamento do consumidor, Kamila Zaiter e Luis Vinicius do Nascimento (2017, p. 257) concluíram que a *Tria officia* de Cícero está na base das estratégias de vendas utilizadas contemporaneamente.

no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada. Intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo do mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa.

Dentre as falácias que estão no cerne da ideologia neoliberal, podemos começar pela “austeridade”. Vladimir Safatle (2021, p. 18) percebeu que as chamadas políticas de austeridade costumam ser embaladas por uma pseudomoralidade: “ser contra a austeridade é, inicialmente, uma falta moral, um desrespeito ao trabalho de terceiros, além de uma incapacidade infantil de retenção e poupança”. O discurso neoliberal introjeta o argumento da falha pessoal (*failure*). Em empresas e instituições de renome, o candidato a empreendedor redescobre que “querer é poder” – comando que lembra chavões sem comprovação, tais como “Deus ajuda quem cedo madruga” ou “o trabalho enobrece”.

Margens plácidas

É de se suspeitar que o Brasil seja um cenário propício para a aplicação bem-sucedida do neoliberalismo, já que nossa sociedade colonizada, quando não age em favor das desigualdades socioeconômicas, mostra-se absolutamente indiferente à miséria que avança pelas ruas. Rubens Casara (2021, p. 61) considera imprescindível que o país leve a sério o trauma da escravidão, com vistas a evitar a perpetuação de mecanismos que pretendem justificar a absurda desigualdade entre seus habitantes:

O Brasil foi construído a partir da naturalização da escravidão, ou seja, a partir de um imaginário que aceita a humilhação, a desumanização e o castigo físico de pessoas. É a escravidão, e o fato dessa ideia nunca ter

chegado a ser desconstruída no Brasil, que levou à construção de um imaginário que permite o prazer me humilhar aqueles que são considerados *inferiores sociais* e que reserva à elite, em especial àqueles que detêm o poder econômico, a gestão do Estado diante da crença da *incapacidade* do povo (de cuidar de seus próprios interesses).

Engana-se quem supõe que a ideologia neoliberal nasceu de repente. Por sinal, uma das pistas mais importantes para entender e desconstruir o discurso neoliberal está em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de Engels: “A concorrência é a expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa”. Ele afirmava que essa guerra “não se trava apenas entre as diferentes classes da sociedade, mas também entre os diferentes membros dessas classes: cada um constitui um obstáculo para o outro” (ENGELS, 2010, p. 117).

O livro foi publicado em 1845, ou seja, praticamente um século antes de a palavra *concorrência* ser positivada como virtude do homem de negócios – como se vê em manuais que seguem a mesma toada doutrinária de Dale Carnegie. A esse respeito, é interessante como uma das obsessões da direita e extrema-direita reside no potencial doutrinário dos professores. Agrupamentos como Escola sem Partido costumam ser conglomerados de pessoas que fingem acreditar na existência de discursos neutros, isentos de intenções e infensos a ideologias.

O que esses apologetas não percebem (ou fingem não entender) é que o discurso que se propõe anti-ideológico integra uma ideologia, a saber, a possibilidade de transformar a aula em um evento puramente técnico e sem desvios, capaz de eliminar os fatores humanos envolvidos. Em situações como essa, o melhor contra-argumento seria averiguar qual o posicionamento político de seus integrantes. Basta examinar os materiais divulgados pela organização para desconfiar qual seja seu espectro e que valores defendem. Onde quer que escutemos advertên-

cias tais como “não me venha com ideologia”, a probabilidade de estarmos a lidar com apolíticos e/ou defensores de ideias as mais exclusivistas e conservadoras será grande.

Frequentemente somos levados a questionar a persistência de apologetas do neoliberalismo entre nós – uma categorial profissional que, destrutada pelos governos municipal, estadual e federal, está habilitada a *ensinar* jovens e adultos a *pensar criticamente*. A resposta parece estar na precarização do professorado, desde a década de 1970, e em sua consequente desunião na luta cotidiana por migalhas – que podem chegar sob a forma de bônus ou gratificações; mas nunca são convertidas em melhores condições de vida e incorporação ao salário.

Se ampliarmos o escopo, a resposta se torna ainda mais complexa. Mas, ao menos reconhecemos os efeitos da matriz neoliberal:

O neoliberalismo torna-se, então, uma racionalidade, isto é, um modo de compreender e atuar no mundo, capaz de produzir mudanças sobre tudo e todos. Muda o funcionamento das instituições. Muda o relacionamento entre as pessoas. Muda a imagem que cada pessoa faz de si. Uma racionalidade que, para facilitar os “cálculos de interesse”, gera classificações, tais como “desejáveis” e “indesejáveis”; “amigos” (do mercado) e “inimigos”. Um modo de pensar e atuar no mundo que redefine vocabulários, empobrece a linguagem, demoniza culturas políticas, modifica hábitos cidadãos, relativiza direitos fundamentais e inviabiliza práticas democráticas. Sob a égide da racionalidade neoliberal, todas as esferas da vida passam a ser pensadas e avaliadas a partir de critérios econômicos, em termos de cálculos, com o objetivo de obter vantagens e lucros (CASARA, 2021, p. 103).

Respaldado pela iniciativa pessoal (“não fracasse”) e pela livre concorrência (“a competição é compulsória”); empurrado pelo mata/mata das relações ditas “modernizadas”, o discurso neoliberal mais interessa a quem tem e retém. Afinal, “As

ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes” (MARX; ENGELS, 2007, p. 72). Portanto, temos dois problemas. O primeiro deles se relaciona com a autoridade de propagadores e defensores da precarização como estatuto de sobrevivência. O segundo, com o fato de as falácias serem reproduzidas justamente por aqueles que mais trabalham e menos lucram.

A alternativa a nosso alcance é compartilhar ferramentas que permitam aos assalariados, autônomos e pequenos empreendedores desconfiar das premissas que fazem deles suas primeiras vítimas. Obviamente, o ideário neoliberal não teria se materializado, se não fosse por intermédio da palavra. Portanto, talvez precisemos fazer o caminho inverso: localizadas as fontes de onde provêm essas “ideias”, refutar o discurso com o fito de abalar a convicção de quem acredita piamente que tudo se resume à meritocracia, ao empenho e à disposição para estudar, trabalhar e, claro, vencer.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Coordenação da Tradução: Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. Tradução: Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

ADORNO, Theodor W. *Introdução à Sociologia*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Ed. da UNESP, 2008.

ADORNO, Theodor W.; FRENKEL-BRUNSWIK, E.; LEVINSON, D. J. and SANFORD, R. N. *Chapter 1 In: The authoritarian personality*. New York; London: W. W. Norton & Company, 1982.

ADUSP (Página>*Home*). Lei 13.243/16 (ex-PLC 77/15) desvirtua setor público de C&T e expande a privatização [27 de janeiro de 2016] – Disponível em: <http://www.adusp.org.br/index.php/ciencia-tecnologia-e-inovacao/2468-lei-13-243-16-ex-plc-77-15-desvirtua-setor-publico-de-c-t-e-expande-a-privatizacao> – Acesso em 20 de fevereiro de 2016.

AGUIAR, Joaquim Alves de. “Sob as ordens de mamãe: aspectos da pedagogia doméstica em Dom Casmurro. In: BOSI, Viviana *et al.* *Ficções: leitores e leituras*. Cotia: Ateliê, 1998, p. 151-174.

AGUILERA, Fernando Gómez (org.). *As Palavras de Saramago*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

ARENDT, Hannah. Que é Autoridade? In: *Entre o Passado e o Futuro*. 5a ed. Tradução: Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 127-187.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. 4. ed. Trad. Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2014.

ASSIS, Machado de. *Contos Essenciais*. São Paulo: Martin Claret, 2019a (Organização e apresentação de Jean Pierre Chauvin).

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. 2. ed. Cotia: Ateliê, 2014.

ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Antofágica, 2019c.

ASSIS, Machado de. *O Alienista*. Rio de Janeiro: Antofágica, 2019b.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. 2. ed. Cotia: Ateliê, 2014 [Apresentação de Paulo Franchetti; Notas e Comentários de Leila Guenther].

ASSIS, Machado de. *Obra Completa*, vol. 4 (Crônica). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2015.

ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. Cotia: Ateliê, 2016 [Apresentação de Jean Pierre Chauvin; Notas de Jean Pierre Chauvin e José de Paula Ramos Júnior].

BARTHES, R. A retórica antiga, In: COHEN, Jean et al. *Pesquisas de Retórica*. Trad. Leda Pinto Mafra Iruzum. Petrópolis: Vozes, 1975, 147-225.

BENDER, John; WELLBERY, David E. Rhetoric Today. In: ____; _____. *The Ends of Rhetoric: history, theory, practice*. Stanford: Stanford University Press, 1990, p. 3-39.

BLAIR, Hugh. *Lectures on Rhetoric and Belles Lettres*. Carbondale: Southern Illinois University Press, 2005.

BRADBURY, Ray. *Fahrenheit 451*. 2a ed. Trad. Cid Knipel. São Paulo: Globo, 2012.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. Trad. Mario Antunes Marino; Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BURKE, Peter. *A Arte da Conversação*. Trad. Álvaro Luiz Hattnher. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BUSH, George. Text of President Bush's Press Conference. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2004/04/13/politics/text-of-president-bushs-press-conference.html> - Acesso em 6 de fevereiro de 2022.

CALDWELL, Helen. *O Otelô brasileiro de Machado de Assis*. Trad. Fábio Fonseca de Melo. Cotia: Ateliê, 2002.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. Tradução: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CAMÕES, Luís Vaz de. "Soneto 35". In: _____. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguair, 2008, p. 280.

CARNEGIE, Dale. *Como fazer amigos e influenciar pessoas*. Trad. Livia de Almeida. Rio de Janeiro: Sextantes, 2019.

CARVALHO, Magda Wacemberg Pereira Lima; ACIOLI,

Moab Duarte. “Entre falas simultâneas, tomadas de turno e sobreposição de vozes: quem tem a palavra no debate?”. *Revista do GELNE*, v.19, n. Especial. Natal, 2017, p. 155-165.

CASARA, Rubens. *Contra a miséria neoliberal*. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CASTAGNINO, Raúl H. *Análise literária*. Tradução: Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1968.

CASTIEL, Luis David; SANZ-VALERO, Javier. Entre Fetichismo e Sobrevivência: o Artigo Científico é uma Mercadoria Acadêmica? *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 23 (12), 2007, p. 3041-3050.

CHAUI, Marilena. *A Ideologia da Competência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

CHAUI, Marilena. *Contra a Universidade Operacional* [Aula Magna: 8 de agosto de 2014]. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/index.php/326-database/campanha-salarial-2014/2076-aula-magna-de-marilena-chau-desvenda-universidade-operacional> – Acesso em 21 de fevereiro de 2016 [2014a].

CHAUI, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

CHAUI, Marilena. *Escritos sobre a Universidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CHAUVIN, Jean Pierre. Entre Jonathan Swift e Lima Barreto. In: NEGREIROS, Carmem; OLIVEIRA, Fátima (orgs.). *Belle Époque em perspectiva*. São Paulo: Intermeios, 2020, p. 221-235.

CHAUVIN, Jean Pierre. Uma preceptiva do Oitocentos: a *Arte de escrever*, de Machado Coelho. *Revista USP*, (121), 61-78, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i121>, p. 61-78 – Acesso em 6 de fevereiro de 2022.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global*. 8. ed. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

CHRISTIE, Agatha. *The Murder of Roger Ackroyd*. 22. reimp. New York: Pocket Book, 1969.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. 9a. reimp. Tradução: Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

DEBORD, Guy. *La Société du Spectacle*. Paris: Gallimard, 1992.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* 3. ed. Trad. Bento Prado Júnior; Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2016.

DOUGLAS, Mary. *Como pensam as instituições*. Tradução: Mônica Pinto. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1986.

DUPAS, Gilberto. Conhecimento e Progresso como Verdade. In: _____. *O Mito do Progresso*. São Paulo: Editora Unesp, 2006, p. 91-129.

DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na sociedade da informação*. 2. ed. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2003.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. 13. ed. Tradução: Ana Falcão Bastos; Luís Leitão. Lisboa: Editorial Presença, 2007.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Trad. Pedro Süsskind. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. 2. ed. Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

FELIPE, Cleber Vinicius do Amaral. Reta razão aplicada ao agir: apropriações da virtude ético-política da prudência. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 9, 2012, p. 145-165.

FERNANDES, Millôr. *Millôr definitivo: a Bíblia do caos*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

FISH, Stanley. *Como escrever e ler uma sentença: um guia de estilo e argumentação para criar frases de impacto*. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Saraiva, 2012.

FORSTER, Edward Morgan. *Aspectos do romance*. Tradução: Sergio Alcides. São Paulo: Ed. Globo, 2005.

FOUCAULT, Michel. “*L’écriture de soi*”. *Corps écrit*, n° 5, 1983, p. 3-23.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 18. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOUCAULT, Michel. *L'Ordre du Discours*. Paris: Gallimard, 1971.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2009.

FRANCO, Marly Silva de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 3. ed. São Paulo: Kairós Ed., 1983.

FREUD, Sigmund. “Compêndio de Psicanálise”. In: _____. *Obras Completas*, vol. 19. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 189-273.

FREUD, Sigmund. “Introdução ao Narcisismo”. In: _____. *Obras Completas*, vol. 12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 13-50.

FROMM, Erich. *Ter ou Ser?* Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

GERONYMO, Guilherme. Tornada mercadoria, pesquisa é fator de competição e estresse. *Revista Adusp*, março de 2014, p. 61-67.

GONÇALVES DIAS, Antônio. “Olhos Verdes”. In: _____. *Cantos*. São Paulo: Martins Fontes, p. 339-341 [Introdução, Organização e fixação do texto por Cilaine Alves Cunha].

HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência como “Ideologia”*. Tradução: Felipe Gonçalves Silva. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HALFFMAN, Willem; RADDER, Hans. The Academic Manifesto: From an Occupied to a Public University. *Minerva*, June 2015, Volume 53, Issue 2, p. 165-187, 3rd April 2015.

HAN, Byung-Chul. *Agonia do Eros*. Trad. Enio Paulo Giachi-

ni. Petrópolis: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. *No Enxame: perspectivas do digital*. Trad. Lucas Machado. Petrópolis: Vozes, 2018.

HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 33. 11-46, 2013.

HANSEN, João Adolfo. Lugar-comum. In: MUHANA, Adma et al. *Retórica*. São Paulo: IEB-USP/Annablume, 2012, p. 159-177.

HANSEN, João Adolfo. “Notas sobre o Gênero Épico”. In: TEIXEIRA, Ivan (org.). *Épicos*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008, p. 17-91.

HANSEN, João Adolfo. “O Discreto”. In: NOVAES, Adauto (org.). *Libertinos Libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 77-102.

HANSEN, João Adolfo. Desencolher Cabeças [Entrevista a Bruno Garcia]. *Revista de História*, n. 112. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, janeiro de 2015 – Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/entrevista/joao-adolfo-hansen> – Acesso em 03.01.2016.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. 5. ed. Trad. Adail Sobral; Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HEIDDEGER, Martin. *Introdução à Filosofia*. 2a. ed. Tradução: Marco Antonio Casanova. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo: Thomson, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1999.

HOPKINS, Terence K. O Conceito de Sistema de Autoridade. In: CAMPOS, Edmundo (Org). *Sociologia da Burocracia*. 4. ed. Tradução: Edmundo Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 75-80.

HORÁCIO. *Odes e Epodos*. Trad. Bento Prado de Almeida Ferraz. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LACAN, Jacques. *Nomes-do-Pai*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LACAN, Jacques. *O mito individual do neurótico*. Trad. Claudia Berliner. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LACAN, Jacques. *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LE VAYER, François de La Mothe. “De la Conversation”. In: *Opusculs ou Petis Traictez*, T. 2, Paris, s/l, 1644, p. 228.

LEFEBVRE, Henri. *Posição: Contra os Tecnocratas*. Tradução: T. C. Netto. São Paulo: Editora Documentos, 1969.

LIMA BARRETO. *Os Bruzundangas*. Rio de Janeiro: Garnier, 1998.

LIMOEIRO, Miriam. Os formuladores da reforma da universidade são funcionários do banco mundial. *Revista AduSP*, março de 2001, p. 39-42.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. *Os Tempos Hipermodernos*. Trad. Mário Vilela. São Paulo: Barcarolla, 2007.

MANSON, Mark. *A sutil arte de ligar o f*da-se: uma estratégia inusitada para uma vida melhor*. Trad. Joana Faro. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

MARCUSE, Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. 4. ed. Tradução: Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARCUSE, Herbert. A Noção de Progresso à Luz da Psicanálise. In: _____. *Cultura e Psicanálise*. Tradução: Isabel Loureiro. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 90-122.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Trad. Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MENDES, Durmeval Trigueiro. Existe uma Filosofia da Educação Brasileira? In: SAVIANI, Dermeval *et al.* *Filosofia da Educação Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 50-133.

MERTON, Robert King. Estrutura Burocrática e Personalidade. In: CAMPOS, Edmundo (Org). *Sociologia da Burocracia*. 4a ed. Tradução: Edmundo Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 107-124.

MEYER, Michel. *A retórica*. Trad. Marly N. Peres. São Paulo: Ática, 2007.

MILLS, Charles Wright. A personalidade competitiva. In: *Poder e política*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1965.

MORIN, Edgar. *Cultura de Massas no Século XX – O Espírito do Tempo 1: Neurose*. 4. ed. Tradução: Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1977.

MUDROVCIC, María Inés. Políticas del tiempo, políticas

de la historia: ¿quiénes son mis contemporáneos?. *Artcultura*, v. 20, n. 36. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ArtC-V20n36-2018-1-01> - Acesso em 25 ago. 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. Neoliberalismo à brasileira. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 2012, 24-28.

OLIVEIRA, Manuel Botelho de. “Madrigal I”. In: _____. *Música do Parnaso*. Cotia: Ateliê, 2005, p. 11 [Organização e Estudo Crítico de Ivan Teixeira].

OVÍDIO. *Metamorfoses*. 1ª reimp. Trad. Domingos Lucas Dias. São Paulo: Ed. 34, 2019.

PÉCORA, Alcir. “Variações para conversas entre espécies de salão”. In: André Morellet et al. *A arte de conversar*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. VII-XX [Organização, seleção e prefácio de Alcir Pécora].

PETRARCA, Francesco. “Soneto 12”. In: _____. *Cancioneiro*. Trad. José Clemente Pozenato. Cotia: Ateliê; Campinas: Editora Unicamp, 2014, p. 51.

PLEBE, Armando. *Breve história da retórica antiga*. Trad. Gil-da Naécia Maciel de Barros. São Paulo: EPU/Edusp, 1978.

QUEIROGA, Socorro; BARBOZA, K. G. O manual *Novo Secretario Portuguez ou Código Epistolar* anunciado nos jornais oitocentistas: a circulação do ensino de civilidade na província da paraíba. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, 14(1), p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/565/537> - Acesso em 6 de fevereiro de 2022.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. de. *O mandonismo local na*

vida política e brasileira e outros ensaios. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976.

RANCIÈRE, Jacques. *O Mestre Ignorante: Cinco Lições sobre a Emancipação Intelectual*. 3. ed. Tradução: LÍlian do Valle. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

REBOUL, Olivier. *Introdução à Retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

RÊGO, André Heráclio do. *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A Girafa Ed., 2008.

SADER, Emir. A hegemonia liberal na América Latina. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 2012, p. 35-37.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: _____; SILVA JÚNIOR, Nelson da.; DUNKER, Christian (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 202, 17-46.

SARAMAGO, José. *Democracia e Universidade*. Belém: Editora UFPA; Lisboa: Fundação José Saramago, 2013.

SARAMAGO, José. *Todos os Nomes*. São Paulo: Planeta De Agostini, 2003.

SÊNECA, Lúcio Aneu. *Cartas a Lucílio*. 6. ed. Trad. J. A. Segurado e Campos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2018.

SÊNECA, Lúcio Aneu. *Da vida feliz*. 2. ed. Trad. João Carlos Cabral Mendonça. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

SIBILIA, Paula. *La Intimidad como Espectáculo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

SILVA, D. P. da et al. Matrizes psicológicas da episteme neoliberal: a análise do conceito de liberdade. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da.; DUNKER, Christian (orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. 2ª reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 77-122.

SILVA, Luiz Antônio da. Perguntas e Repostas: oralidade e interação. In: PRETI, Dino (org.). *Oralidade em Diferentes Discursos*. São Paulo: Humanitas, 2006, p. 261-295.

SMITH, Adam. *A Mão Invisível*. Tradução: Paulo Geiger. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

SOARES, Maria Nazaré Lins. *Machado de Assis e Análise da Expressão*. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1968.

SOUZA, Roberto Acízelo de. A retórica no Brasil do século XIX: dos anos de glória à perdição. In: COURTINE, Jean-Jacques; PIOVEZANI, Carlos (orgs.). *História da fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso*. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 185-201.

SWIFT, Jonathan. *Hints towards an essay on conversation*. Adelaide [Austrália]: The University of Adelaide, 2014. Disponível em: <https://ebooks.adelaide.edu.au/s/swift/jonathan/s97h/> - Acesso em 15.9.2019, s/p.

THE SISTERS OF MERCY. More. In: *Vision Thing* [CD]. [s.l.] Merciful Release/East West Records, 1990.

TRINGALI, Dante. *Introdução à Retórica (a retórica como crítica literária)*. São Paulo: Duas Cidades, 1988.

VERNEY, Luís António. *Verdadeiro Método de Estudar: cartas*

sobre retórica e poética. Lisboa: Presença, 1991.

VIALA, Alain. A Eloquência Galante: uma problemática da adesão. Trad. Sírio Possenti. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 167-184.

VIEIRA, Evaldo. *Estado e Miséria Social no Brasil: de Getúlio a Geisel (1951 a 1978)*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (org.). *Weber – Sociologia*. Tradução: Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 3. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1986.

WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

ZAITER, K. Guedes; NASCIMENTO, L. V. do. Da Tria Officia ao marketing holístico: relações entre o marketing do século XXI e a retórica do século I A.C. *Revista Vianna Sapiens*, 7(2), 29. Disponível em: <https://www.viannasapiens.com.br/revista/article/view/205> - Acesso em 6 de fevereiro de 2022.

ZAMIÁTIN, Ievguêni. *Nós*. Trad. Gabriela Soares. São Paulo: Aleph, 2017.

Créditos dos textos

“A fala autoritária” é uma versão aprimorada de “A instituição pública e o discurso da *persona* autoritária”, publicado na revista *Tema* (UNIESP), São Paulo, n. 62, p. 125-141, em 2016.

“A fala narcísica” retoma, com mínimos ajustes, “Fala Narcísica”, que saiu na *REVISTA USP*, São Paulo, n. 124, p. 69-78, em 2020.

“A fala prolixa” transpõe o artigo homônimo veiculado no *Jornal da USP*, São Paulo, p. 1 - 2, em 1º de outubro de 2021.

“A fala especializada” reproduz “A Universidade dos Especialistas”, que apareceu na *Revista Adusp*, São Paulo, p. 83 - 93, em 16 de maio 2017.

“A retórica neoliberal” é a versão estendida de ensaio submetido à revista *FronteiraZ*, da PUC-SP, em fevereiro de 2022.

Os demais artigos são inéditos.

ESTA OBRA FOI COMPOSTA EM CASLON E IMPRESSA PARA A
EDITORA CANCIONEIRO EM MARÇO DE 2022.